

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA**

2ª Vara Cível

**Processo 0715234-18.2012.8.23.0010****Comarca:** BOA VISTA**Data de Autuação:** 19/07/2012 **Situação:** Público**Classe Processual:** 7 - Procedimento Ordinário**Assunto Principal:** 10435 - Acidente de Trânsito**Data Distribuição:** 19/07/2012 **Tipo Distribuição:** Distribuição Automática**Parte(s) do Processo****Tipo:** Promovente**Nome:** CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO**Data de Nascimento:** Não cadastrada **RG:** Não cadastrado **CPF/CNPJ:** 927.638.122-87**Advogado(s) da Parte**

618NRR VALDENOR ALVES GOMES

**Tipo:** Promovido**Nome:** Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**Data de Nascimento:** Não cadastrada **RG:** Não cadastrado **CPF/CNPJ:** 09.248.608/0001-04**Advogado(s) da Parte**

3592AAC ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

Data: 19/07/2012

Movimentação: Recebimento

Complemento: Origem: OAB618NRR

Por: VALDENOR ALVES GOMES

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição Inicial
- Petição Inicial

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA \_° VARA CIVEL DA COMARCA DE BOA VISTA RORAIMA**

**CLÁUDIO PEREIRA RIBEIRO, brasileiro, união estável, militar, portador da cédula de identidade RG 241548 SSP/RR, CPF 927.638.122-87, residente e domiciliado na Rua CJ 11, Nº 88, Bairro Jóquei Clube, CEP 69.300-000, Município de Boa Vista-RR, na comarca de Boa Vista, por seu advogado que esta subscreve, vem perante Vossa Excelência, propor**

**AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DO VALOR  
DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)**

**em face da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, com endereço Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, fazendo-o pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.**

**I – DOS FATOS**

**Cuida-se de ação ordinária de cobrança para recebimento do valor da cobertura correspondente ao seguro obrigatório (DPVAT), em razão de acidente automobilístico que vitimou a parte autora em data de 25/05/2012, deixando-a com incapacidade permanente, devido a FRATURAS EM MEMBRO INFERIOR ESQUERDO, COLUNA CERVICAL E CRÂNIO-FACIAL, conforme laudo em anexo.**

A parte promovente realizou exame de corpo de delito junto ao Instituto Médico Legal – IML/RR, onde o médico perito especialista, possuidor de fé pública constatou a INCAPACIDADE PERMANENTE, logo não resta dúvida acerca do alegado.

Dentre as provas documentais apresentadas, o (a) autor (a) juntou:

- (X) RG e CPF;
- (X) BOLETIM DE OCORRÊNCIA;
- (X) LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO / IML, em que comprova a INCAPACIDADE PERMANENTE;
- (X) PROTUÁRIO HOSPITALAR;
- (X) DECLARAÇÃO DE POBREZA.

Efetivamente a promovente não recebeu nenhuma importância a título de indenização por invalidez referente ao seguro obrigatório DPVAT, conforme poderá ser constatado no processo DPVAT de sinistro, no sítio oficial da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sendo a seguradora SEGURADORA LIDER a empresa ré.

## II - DO VALOR INTEGRAL DA INDENIZAÇÃO

A Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, é clara quando dispõe que o seguro obrigatório deve indenizar o segurado-vitimado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de invalidez permanente, senão vejamos:

"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

.....  
**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) -  
no caso de invalidez permanente; e” (grifo nosso)**

A legislação supratranscrita demonstra de forma cristalina que no caso de invalidez permanente, o valor do seguro deverá ser igual a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Ocorre, Excelência, que a parte promovente efetivamente não recebeu nenhuma importância, então, diante das fraturas acima mencionadas, ela faz jus a receber a importância de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme demonstra a legislação abaixo.

De acordo com o artigo 5º da Lei nº 6.194/74, o acidentado só é necessita de simples prova do acidente e do dano decorrente, independente de culpa, senão vejamos:

“Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”

E assim dispõe a Súmula nº. 257 do STJ:

“257 - A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.”

O caso em tela encontra-se maduro para julgamento, pois consta nos autos o laudo do IML comprovando os danos sofridos pela vítima e por ser este o entendimento consolidado pelos nossos Tribunais, conforme demonstra

**o Agravo de Instrumento n. 35111/2009 do TJ/MT-. Relator: Des. Orlando de Almeida Perri. Data do Julgamento: 21/09/2009.**

**Sendo este o entendimento do TJRS, *in verbis*:**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO DPVAT. REALIZAÇÃO DA PERÍCIA, NOS TERMOS DA LEI Nº 11.945/2009. Considerando que o objeto da presente cobertura securitária é o dano sofrido em sua integridade física, em grau capaz de provocar-lhe situação permanente de invalidez, cujo critério de apuração que deve presidir juízo identificador do sinistro coberto por esta modalidade de seguro obrigatório é dado, fundamentalmente, pela definitividade, natureza e gravidade das lesões sofridas pela vítima, as quais se encontram especificadas em tabela constante das normas de acidentes pessoais expedida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, apresentando diversos percentuais de enquadramento, impossível decidir a presente demanda sem apuração do grau da invalidez. Aplica-se ao caso concreto, as disposições contidas na Medida Provisória 451/2008, posteriormente convertida em Lei 11.945/2009, a qual determina a realização de perícia médica a fim de apurar o grau de incapacidade nos casos de sinistros ocorridos a partir de 16/12/2008. Em face da atribuição conferida pela Lei 11.945/2009 cabe ao Departamento Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima, fornecer laudo de verificação da existência e quantificação das lesões. Tendo o agravante juntado laudos periciais realizados junto ao órgão competente (IML de Alegre), conforme documentos de fls.09/12-TJ, desnecessária a realização de nova perícia técnica. AGRAVO PROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70042319004, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luís Augusto Coelho Braga, Julgado em 19/04/2011) (sem grifos no original)**

**De acordo com jurisprudência consolidadas dos nossos Tribunais, conforme acima transcrita, não há necessidade de realizar outra perícia, pois a**

parte promovente juntou aos autos laudo do IML que comprova a sua incapacidade.

Vale salientar, que o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima já firmou entendimento acerca desse tema nos seguintes termos:

**EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO ? NEGADO SEGUIMENTO ? POSSIBILIDADE ? CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL E DE CORTE SUPERIOR ? ART. 557 DO CPCIVIL ? DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. O relator pode negar seguimento a recurso contra decisão em confronto com jurisprudência dominante do próprio tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de tribunal superior (art. 557 do CPCivil).**

Nestas situações, é dever do magistrado, ocorrendo a possibilidade, julgar antecipadamente a lide.

Recurso improvido.

**ACÓRDÃO. RECURSO IMPROVIDO UNÂNIME (Agravado Nº 000.10.000976-0, Câmara Única, Turma Cível, Tribunal de Justiça de Roraima, Relator: Des. Robério Nunes, Julgado em 14/05/2010).?**

Ademais, vale destacar que o nosso Egrégio Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que o teto indenizatório previsto na Lei n.º 6.194/74 proporcional à extensão das lesões, **fracionando-o de acordo com a proporção da invalidez fere o princípio da dignidade da pessoa humana, senão vejamos:**

**EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE COMPROVADA E QUANTIFICADA. INDENIZAÇÃO FIXADA PROPORCIONALMENTE AO GRAU DA LESÃO. INCONSTITUCIONALIDADE. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. DANOS MORAIS. NÃO OCORRÊNCIA.**

**RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.**

**1. Quantificar a indenização securitária relativa ao seguro DPVAT em razão do grau de invalidez do segurado fere o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil.**

**2. O mero dissabor ocasionado por inadimplemento contratual, ao não pagar a seguradora o valor total previsto em lei, não configura, em regra, ato lesivo a ensejar a reparação de danos morais.**

**3. Recurso parcialmente provido Sentença reformada em parte.? (APELAÇÃO CÍVEL N.º 0010.08.908440-3, Rel. Juíza Convocada ELAINE BIANCHI, Câmara Única, J. 30/08/2011)**

Finalmente, resta provado que a parte promovente faz jus a receber a importância de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) diante das fraturas que causaram a incapacidade do promovente, como medida de inteira justiça.

**III - DO PEDIDO**

Em face de todo o exposto, requer seja julgada a presente ação ordinária integralmente procedente, tudo para o fim de condenar a Ré a pagar a parte Autora o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a título de indenização por invalidez referente ao seguro obrigatório DPVAT, com as devidas atualizações e corrigido monetariamente da data da liquidação do sinistro, e juros legais da data da citação, até a data do efetivo pagamento.

Requer o julgamento antecipado da presente lide, *ex vi* do artigo 330, I, da Lei Adjetiva Civil, haja vista que se trata de matéria de direito. De sorte que desnecessária a produção de prova em audiência, pode o juiz, nos moldes do artigo 130 do Código de Processo Civil, dispensar as provas que não forem úteis nem necessárias.

Requer a concessão do benefício da gratuidade de justiça, com fulcro na Lei 1.060/50, por não possuir a parte autora condições de arcar com



**as custas processuais e os honorários advocatícios sem prejuízo do seu próprio sustento ou de sua família;**

**Requer, a citação da Ré, por oficial de justiça, no endereço declinado no início desta exordial, para, querendo, comparecer a sessão de conciliação e/ou contestar os termos da presente ação, sob pena de revelia, a qual deverá ser julgada totalmente procedente para os fins e propósitos acima indicados, com a aplicação à Ré das sanções da sucumbência judicial e honorários de advogado, estes na base de 20% (vinte por cento) do valor total da condenação.**

**Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), protestando a parte Autora pela oportuna produção de prova testemunhal, documental suplementar, pericial e depoimento pessoal do representante legal da Ré.**

**Nestes termos,**

**Pede deferimento.**

**Boa Vista, 19 de julho de 2012.**

**VALDENOR ALVES GOMES**

**OAB/RR nº 618**

**PROCURAÇÃO**

**CLÁUDIO PEREIRA RIBEIRO**, brasileiro, união estável, portador da Cédula de Identidade RG 241548 SSP-RR, CPF 927.638.122-87, residente e domiciliado na Rua CJ 11, Nº 88, Casa 4, Birro Jôquei Clube, Município de Boa Vista, Estado de Roraima.

**OUTORGADO: Dr. VALDENOR ALVES GOMES**, advogado, casado, inscrito na OAB/RR sob o nº 618, com escritório profissional situado na Rua Maria Rodrigues dos Santos, nº 972, Bairro Asa Branca, CEP. 69.311.210, na Cidade de Boa Vista/RR, onde receberão as devidas intimações.

**PODERES:** Para o foro em geral e os da cláusula ad-judicia, mais os ressalvados no art. 38 do CPC, exceto para receber citação. Para propor, no interesse do outorgante; em qualquer instancia, juízo ou tribunal, as ações que se fizerem necessárias e contestar ou responder as que contra o mesmo for proposta, acompanhando-se até o final julgamento, interpor medidas cautelares, incidentes ou não, efetivas ou provisórias, justificações judiciais, pleitear alvarás ou ordens judiciais para os atos que delas dependam, mandar protestar cambiais e retirá-las do protesto, promover notificações ou interpelações judiciais, patrocinar os interesses do outorgante, procedimentos administrativos junto a quaisquer repartições públicas ou autárquicas, assinando papéis e documentos, intimações, acordar, discordar, receber e dar quitação de valores, transigir, desistir, renunciar ao direito, sobre o que se funda a ação, firmar compromisso, requerer a extinção ou suspensão do processo. Podendo ainda, desempenhar suas atividades profissionais junto ao órgão da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios. Podendo ainda substabelecer.

Boa Vista – Roraima, 12 de junho de 2012.

  
\_\_\_\_\_  
**CLÁUDIO PEREIRA RIBEIRO**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
241549 SSP RR

CPF  
927.638.122-87

DATA NASCIMENTO  
15/07/1987

RELACAO  
CLAUDENICE RIBEIRO

FRANCISCA PERES  
PEREIRA

PERMISSÃO  
ACC CAT. NUN  
AD

MPREGIO  
05117035740

VALIDADE  
05/06/2015

VALIDACAO  
06/01/2011

OBSERVAÇÕES

CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO  
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
BOA VISTA - RORAIMA

DATA EMISSÃO  
19/04/2012

69980653090  
RR206309449

DETRAN-RR (RORAIMA)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
463234137

PROIBIDO PLASTIFICAR  
463234137





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA.  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA.  
INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL – IML-RR  
DR. JOSÉ BENIGNO DE OLIVEIRA.  
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS".



**LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO- LESÕES CORPORAIS – Nº 5540/2012/IML.**  
**DESTINO: DELEGACIA DE ACIDENTES DE TRÂNSITO/DAT.**

**AUTORIDADE REQUISITANTE:**

- Delegado (a) de Polícia Civil: Alexandre Henrique de Matos Lima.
- Requisição: **Nº 308/2012. Referência: BO. Nº 4564/2012.**

NOME: <b>CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO.</b>	
NACIONALIDADE: <b>BRASILEIRA.</b>	NATURALIDADE: <b>BOA VISTA/RR.</b>
IDADE: <b>24 ANOS.</b>	SEXO: <b>MASCULINO.</b>
ESTADO CIVIL: <b>UNIÃO ESTÁVEL.</b>	COR: <b>PARDA.</b>
PROFISSÃO: <b>MILITAR.</b>	TELEFONE: <b>9126-3268.</b>
FILIAÇÃO: <b>CLAUDENICE RIBEIRO e FRANCISCA PERES PEREIRA.</b>	
ENDEREÇO: <b>RUA CJ 11 – Nº 04 – JOQUEI CLUBE.</b>	
DOCUMENTAÇÃO: <b>R.G. Nº 241548 – SSP/RR.</b>	
DATA/ HORA DO EXAME: <b>12/07/2012.</b>	
Obs: Os profissionais abaixo designados pelo diretor, prestam o solene compromisso de elaborar o laudo descrevendo com verdade todas as circunstâncias que encontrarem, descobrirem e observarem.	

**DESCRIÇÃO:**

- Aparelho gessado em membro inferior esquerdo devido a fratura cirurgica do terço inferior da fíbula esquerda. Fratura traumática dos incisivos superiores. Apresenta diminuição da força de mastigação.

**CONCLUSÃO:**

- Debilidade permanente.

**QUESITOS e suas RESPOSTAS:**

- 1ª Há ofensa à integridade física ou a saúde? **SIM.**
- 2ª Qual o instrumento ou meio que a produziu? **CONTUNDENTE.**
- 3ª Foi produzido por meio de veneno, fogo, explosivo, tortura ou por meio insidioso ou cruel (resposta especificada)? **SEM ELEMENTOS.**
- 4ª Houve Perigo de vida? **NÃO.**
- 5ª Resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias? **SIM.**
- 6ª Resultou incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável, debilidade permanente de membro, sentido ou função, aborto ou aceleração de parto ou deformidade permanente? **SIM. ( DEBILIDADE PERMANENTE).**

E por ser verdade digite este documento, que depois de revisado e achado conforme, será assinado pelos profissionais abaixo e por mim: **Marlene dos Santos Catto**

William Jorge Fernandes N.  
MÉDICO LEGISTA

**IML**  
Av. Venezuela nº 2.083, Bairro Liberdade, CEP 69 310 270 – Boa  
Vista/RR.  
Tel. (95) 2121-3409 (recepção), (95) 2121-3430 (direção).







Governo do Estado de Roraima  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA  
PLANTÃO CENTRAL I



## BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Registro nº 4564/12 Hora: 16:55 hs Data: 27/06/2012

### Dados do Comunicante

Nome: CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO  
Nac.: Brasileira  
Nat.: Boa Vista/RR Estado Civil: UNIÃO ESTÁVEL  
Profissão: MILITAR DO EXÉRCITO Nascimento: 15/07/1987  
Pai: CLAUDENICE RIBEIRO Idade: 24 anos Sexo: MASCULINO  
Mãe: FRANCISCA PERES PEREIRA  
RG: 241548 SSP/RR CPF: 927.638.122-87  
Endereço: RUA CJ-11, Nº. 88, CASA 04  
Bairro: JOQUEI CLUBE Telefone: 9126-3268  
Cidade: Boa Vista/RR Escolaridade:

### DADOS DA OCORRÊNCIA

Local do fato: AV. CENTENÁRIO  
Cidade: BOA VISTA/RR Bairro: CENTENÁRIO  
Dia: 25/05/2012 Hora: 20:30 horas

### DADOS DO AUTOR

Nome: PJ  
Endereço: PJ  
Natureza da Ocorrência: ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA DE LESÃO CORPORAL

### RELATO DO FATO

QUE O COMUNICANTE ACIMA QUALIFICADO INFORMA QUE NO DIA E HORA DESCRITOS ESTAVA CONDUZINDO A MOTOCICLETA YAMAHA TDM 225 PLACA NAL-3670, CHASSI 9C6KG0010Y0003887 DE PROPRIEDADE DO GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA QUANDO FOI FECHADO PELO VEÍCULO GM/CORSA WIND PLACA NAJ-3368, COLIDINDO COM A TRASEIRA DO MESMO; QUE O COMUNICANTE FICOU COM A PERNA ESQUERDA PRESA AO PARA CHOQUE DO VEÍCULO QUE SE EVADIU DO LOCAL SEM PRESTAR SOCORRO À VÍTIMA; QUE DO ACIDENTE O COMUNICANTE SOFREU LESÕES CORPORAIS E FOI CONDUZIDO AO PSE PELO RESGATE (RUA); QUE TEVE FRATURA EXPOSTA E QUEBROU VÁRIOS DENTES; QUE O COMUNICANTE POSSUI CNH DE Nº. 05117035740 AB.

Valdenor Cordeiro de Azevedo  
VALDENOR CORDEIRO DE AZEVEDO  
EPC

Despacho  
(plantão)

- ☐ Tratando-se de furto/roubo de veículo automotor comunique-se com urgência ao SECOM.  
☐ Aguarde-se representação.  
☐ Expeça-se guia pericial \_\_\_\_\_  
☐ :

ALEXANDRE HENRIQUE DE MATOS LIMA  
DPC

Claudio Pereira Ribeiro  
CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO  
Comunicante

Despacho  
(Coordenador)

- ☒ Encaminhe-se ao: ☐ 1ºDP ☐ 3ºDP ☐ DGH ☐ DPMA ☐ NRCASP  
☐ 2ºDP ☐ 4ºDP ☐ DDM ☐ NPCA ☐ NRRFVAT  
☐ DAT ☐ DRE ☐ DDIJ ☐ DPJI ☐ Corregedoria

Bv, / /2011.

Éric Silva Pereira  
Delegado de Polícia Civil

Endereço: Rua da Constituição, nº 111, 1º andar, Centro, São Paulo/SP  
CEP: 01100-000  
Telefone: (11) 3063-1111  
Fax: (11) 3063-1111  
E-mail: contato@hospitalgeral.com.br  
Site: www.hospitalgeral.com.br

Endereço de Atendimento: Av. Paulista, nº 1.500, 15º andar, Centro, São Paulo/SP  
Data de Atendimento: 25/04/2012 - 20:14h

Nome do Paciente: \_\_\_\_\_

Endereço Principal: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

AME FÍSICO: *Vitima de acidente  
B. fratura - distal do rádio - fratura  
fechada D. - No exame físico:*

POSIÇÃO DIAGNÓSTICA: *luxação proximal D. e pos. fr.*

EXAMES COMPLEMENTARES:

*- Rx N x MED + lesão ligamentar*

PRESCRIÇÃO:

*→ Ao ortop. tra*

*→ Med. analg. 10g + 100mg + 100mg*


ALTA: DATA: \_\_\_\_\_

STENO: ( ) DOMICILIO ( ) OUTRO ( ) INTERNAÇÃO ( ) PRONTO-SO

Ass. Carimbo médico responsável:  
Le 12064710 registrada em SP/SP



*Cauêdo*

	<b>Sistema Único de Saúde</b>	<b>Ministério da Saúde</b>	<b>LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR</b>	
---	-------------------------------	----------------------------	---	--

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE		
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE SOLICITANTE		2 - CNES
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE EXECUTANTE		4 - CNES

*Claudio Pereira Ribeiro*

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE		
5 - NOME DO PACIENTE		6 - Nº de
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)		8 - DATA DE NASCIMENTO
10 - NOME DA MÃE OU DO RESPONSÁVEL		9 - SEXO
12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)		11 - TELEFONE DE CONTATO
13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA		14 - COD. IBGE MUNICÍPIO
15 - UF		16 - CEP

*Claudio Pereira Ribeiro*  
*Francisco Pereira*  
*R. C5-11 88 J. Clube*  
*BVIRR*

17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS		<b>JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO</b>	
<i>Quil de color. (H)</i> <i>Fofores - largura exp. 1</i> <i>tnz @</i>			
18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO		19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)	
<i>Teto ungu</i>		<i>25.05 em 04.06</i> <i>04/08050848</i> <i>S = 820</i> <i>293</i>	
20 - DESCRIÇÃO DO DIAGNÓSTICO		21 - CID 10 PRINCIPAL	
<i>Fofores exp. largura 0</i>		<i>25</i>	

24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO		<b>PROCEDIMENTO SOLICITADO</b>	
25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO		26 - CLÍNICA	
27 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO		28 - DOCUMENTO	
29 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE / ASSISTENTE		30 - Nº DO DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE / ASSISTENTE	
31 - DATA DA AUTORIZAÇÃO		32 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)	

*25/05/12*

<b>PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)</b>			
33 - ACIDENTE DE TRABALHO	34 - ACIDENTE DE TRABALHO TÍPICO	35 - ACIDENTE DE TRABALHO TRAJETO	36 - CNPJ DA SEGURADORA
37 - Nº DO BILHETE	38 - SÉRIE	39 - CNPJ EMPRESA	40 - CNAE DA EMPRESA
41 - CBOE	42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA	43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR	44 - COD. ORGÃO EMISSOR
<input type="checkbox"/> EMPREGADO	<input type="checkbox"/> EMPREGADOR	<input type="checkbox"/> AUTÔNOMO	<input type="checkbox"/> DE EMPREGADO
<input type="checkbox"/> FOS	<input type="checkbox"/> APOSENTADO	<input type="checkbox"/> NÃO SEGURO	

45 - DOCUMENTO		46 - Nº DO DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR	
<input type="checkbox"/> CNS	<input type="checkbox"/> CPF		

**13 JUL 2012**

*[Assinatura]*

Certifico e Devo fazer a presente Cópia  
e Fica Removida da Base de Dados FOL





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia Patrimônio dos Brasileiros"

CIRURGIA ORTODONTICA - RANIOPLASTIA  
CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO  
35/05/2012

## FICHA DE ANESTESIA

PRÉ-MEDICAÇÃO - DROGA - DOSE - HORA - EFEITO		Nº
12h 23h		
AGENTES	15 30 45 15 30 45 15 30 45 15 30 45 15 30 45	
LIQUIDOS VENOSOS		
DA	100 120 140 160 180 200 220 240	
X		
ULSD		
●		
ANES		
X		
OP		
O		
TEMP		
□		
ASPIR		
A		
RESP		
G		
Export		
Assist		
Contro		
SÍMBOLOS		
AGENTES	DOSES	TÉCNICA
A. Bupivacaína	15mg	RAI e/ folha de biquinho
B. Cloralfetona	1g	repetido com L2-A1
C. Dexametazona	4mg	agulha 11x26 G. 1ml
D. Ondansetron	4mg	premedicação
E. Diprisona	5g	
F. Temaxicom	40mg	
G. Fontenil	50mg	
GLICOSE	LIQUIDOS	Cânula - Naso / Oro Faríngea
NDCD	10mg	Naso / Orotraqueal - Guga
SANGUE	Bupivacaína 16mg	Bal - Tamp - Calibre do Tubo
		Sob Mascara
		Dificuldade Técnica - mm
TOTAL		TEMPO DE ANESTESIA
OPERAÇÃO		
RAFI de fratura exposta de fíbula		
ANESTESIA		
Dra. Ana Paula Thomé		
CÓDIGO		
CIRURGIÃO		
Dr. Bruno F. / Dr. G. / Dr. H. / Dr. I. / Dr. J. / Dr. K. / Dr. L. / Dr. M. / Dr. N. / Dr. O. / Dr. P. / Dr. Q. / Dr. R. / Dr. S. / Dr. T. / Dr. U. / Dr. V. / Dr. W. / Dr. X. / Dr. Y. / Dr. Z. / Dr. AA. / Dr. AB. / Dr. AC. / Dr. AD. / Dr. AE. / Dr. AF. / Dr. AG. / Dr. AH. / Dr. AI. / Dr. AJ. / Dr. AK. / Dr. AL. / Dr. AM. / Dr. AN. / Dr. AO. / Dr. AP. / Dr. AQ. / Dr. AR. / Dr. AS. / Dr. AT. / Dr. AU. / Dr. AV. / Dr. AW. / Dr. AX. / Dr. AY. / Dr. AZ. / Dr. BA. / Dr. BB. / Dr. BC. / Dr. BD. / Dr. BE. / Dr. BF. / Dr. BG. / Dr. BH. / Dr. BI. / Dr. BJ. / Dr. BK. / Dr. BL. / Dr. BM. / Dr. BN. / Dr. BO. / Dr. BP. / Dr. BQ. / Dr. BR. / Dr. BS. / Dr. BT. / Dr. BU. / Dr. BV. / Dr. BW. / Dr. BX. / Dr. BY. / Dr. BZ. / Dr. CA. / Dr. CB. / Dr. CC. / Dr. CD. / Dr. CE. / Dr. CF. / Dr. CG. / Dr. CH. / Dr. CI. / Dr. CJ. / Dr. CK. / Dr. CL. / Dr. CM. / Dr. CN. / Dr. CO. / Dr. CP. / Dr. CQ. / Dr. CR. / Dr. CS. / Dr. CT. / Dr. CU. / Dr. CV. / Dr. CW. / Dr. CX. / Dr. CY. / Dr. CZ. / Dr. DA. / Dr. DB. / Dr. DC. / Dr. DD. / Dr. DE. / Dr. DF. / Dr. DG. / Dr. DH. / Dr. DI. / Dr. DJ. / Dr. DK. / Dr. DL. / Dr. DM. / Dr. DN. / Dr. DO. / Dr. DP. / Dr. DQ. / Dr. DR. / Dr. DS. / Dr. DT. / Dr. DU. / Dr. DV. / Dr. DW. / Dr. DX. / Dr. DY. / Dr. DZ. / Dr. EA. / Dr. EB. / Dr. EC. / Dr. ED. / Dr. EE. / Dr. EF. / Dr. EG. / Dr. EH. / Dr. EI. / Dr. EJ. / Dr. EK. / Dr. EL. / Dr. EM. / Dr. EN. / Dr. EO. / Dr. EP. / Dr. EQ. / Dr. ER. / Dr. ES. / Dr. ET. / Dr. EU. / Dr. EV. / Dr. EW. / Dr. EX. / Dr. EY. / Dr. EZ. / Dr. FA. / Dr. FB. / Dr. FC. / Dr. FD. / Dr. FE. / Dr. FF. / Dr. FG. / Dr. FH. / Dr. FI. / Dr. FJ. / Dr. FK. / Dr. FL. / Dr. FM. / Dr. FN. / Dr. FO. / Dr. FP. / Dr. FQ. / Dr. FR. / Dr. FS. / Dr. FT. / Dr. FU. / Dr. FV. / Dr. FW. / Dr. FX. / Dr. FY. / Dr. FZ. / Dr. GA. / Dr. GB. / Dr. GC. / Dr. GD. / Dr. GE. / Dr. GF. / Dr. GG. / Dr. GH. / Dr. GI. / Dr. GJ. / Dr. GK. / Dr. GL. / Dr. GM. / Dr. GN. / Dr. GO. / Dr. GP. / Dr. GQ. / Dr. GR. / Dr. GS. / Dr. GT. / Dr. GU. / Dr. GV. / Dr. GW. / Dr. GX. / Dr. GY. / Dr. GZ. / Dr. HA. / Dr. HB. / Dr. HC. / Dr. HD. / Dr. HE. / Dr. HF. / Dr. HG. / Dr. HH. / Dr. HI. / Dr. HJ. / Dr. HK. / Dr. HL. / Dr. HM. / Dr. HN. / Dr. HO. / Dr. HP. / Dr. HQ. / Dr. HR. / Dr. HS. / Dr. HT. / Dr. HU. / Dr. HV. / Dr. HW. / Dr. HX. / Dr. HY. / Dr. HZ. / Dr. IA. / Dr. IB. / Dr. IC. / Dr. ID. / Dr. IE. / Dr. IF. / Dr. IG. / Dr. IH. / Dr. II. / Dr. IJ. / Dr. IK. / Dr. IL. / Dr. IM. / Dr. IN. / Dr. IO. / Dr. IP. / Dr. IQ. / Dr. IR. / Dr. IS. / Dr. IT. / Dr. IU. / Dr. IV. / Dr. IW. / Dr. IX. / Dr. IY. / Dr. IZ. / Dr. JA. / Dr. JB. / Dr. JC. / Dr. JD. / Dr. JE. / Dr. JF. / Dr. JG. / Dr. JH. / Dr. JI. / Dr. JJ. / Dr. JK. / Dr. JL. / Dr. JM. / Dr. JN. / Dr. JO. / Dr. JP. / Dr. JQ. / Dr. JR. / Dr. JS. / Dr. JT. / Dr. JU. / Dr. JV. / Dr. JW. / Dr. JX. / Dr. JY. / Dr. JZ. / Dr. KA. / Dr. KB. / Dr. KC. / Dr. KD. / Dr. KE. / Dr. KF. / Dr. KG. / Dr. KH. / Dr. KI. / Dr. KJ. / Dr. KK. / Dr. KL. / Dr. KM. / Dr. KN. / Dr. KO. / Dr. KP. / Dr. KQ. / Dr. KR. / Dr. KS. / Dr. KT. / Dr. KU. / Dr. KV. / Dr. KW. / Dr. KX. / Dr. KY. / Dr. KZ. / Dr. LA. / Dr. LB. / Dr. LC. / Dr. LD. / Dr. LE. / Dr. LF. / Dr. LG. / Dr. LH. / Dr. LI. / Dr. LJ. / Dr. LK. / Dr. LL. / Dr. LM. / Dr. LN. / Dr. LO. / Dr. LP. / Dr. LQ. / Dr. LR. / Dr. LS. / Dr. LT. / Dr. LU. / Dr. LV. / Dr. LW. / Dr. LX. / Dr. LY. / Dr. LZ. / Dr. MA. / Dr. MB. / Dr. MC. / Dr. MD. / Dr. ME. / Dr. MF. / Dr. MG. / Dr. MH. / Dr. MI. / Dr. MJ. / Dr. MK. / Dr. ML. / Dr. MM. / Dr. MN. / Dr. MO. / Dr. MP. / Dr. MQ. / Dr. MR. / Dr. MS. / Dr. MT. / Dr. MU. / Dr. MV. / Dr. MW. / Dr. MX. / Dr. MY. / Dr. MZ. / Dr. NA. / Dr. NB. / Dr. NC. / Dr. ND. / Dr. NE. / Dr. NF. / Dr. NG. / Dr. NH. / Dr. NI. / Dr. NJ. / Dr. NK. / Dr. NL. / Dr. NM. / Dr. NN. / Dr. NO. / Dr. NP. / Dr. NQ. / Dr. NR. / Dr. NS. / Dr. NT. / Dr. NU. / Dr. NV. / Dr. NW. / Dr. NX. / Dr. NY. / Dr. NZ. / Dr. OA. / Dr. OB. / Dr. OC. / Dr. OD. / Dr. OE. / Dr. OF. / Dr. OG. / Dr. OH. / Dr. OI. / Dr. OJ. / Dr. OK. / Dr. OL. / Dr. OM. / Dr. ON. / Dr. OO. / Dr. OP. / Dr. OQ. / Dr. OR. / Dr. OS. / Dr. OT. / Dr. OU. / Dr. OV. / Dr. OW. / Dr. OX. / Dr. OY. / Dr. OZ. / Dr. PA. / Dr. PB. / Dr. PC. / Dr. PD. / Dr. PE. / Dr. PF. / Dr. PG. / Dr. PH. / Dr. PI. / Dr. PJ. / Dr. PK. / Dr. PL. / Dr. PM. / Dr. PN. / Dr. PO. / Dr. PP. / Dr. PQ. / Dr. PR. / Dr. PS. / Dr. PT. / Dr. PU. / Dr. PV. / Dr. PW. / Dr. PX. / Dr. PY. / Dr. PZ. / Dr. QA. / Dr. QB. / Dr. QC. / Dr. QD. / Dr. QE. / Dr. QF. / Dr. QG. / Dr. QH. / Dr. QI. / Dr. QJ. / Dr. QK. / Dr. QL. / Dr. QM. / Dr. QN. / Dr. QO. / Dr. QP. / Dr. QQ. / Dr. QR. / Dr. QS. / Dr. QT. / Dr. QU. / Dr. QV. / Dr. QW. / Dr. QX. / Dr. QY. / Dr. QZ. / Dr. RA. / Dr. RB. / Dr. RC. / Dr. RD. / Dr. RE. / Dr. RF. / Dr. RG. / Dr. RH. / Dr. RI. / Dr. RJ. / Dr. RK. / Dr. RL. / Dr. RM. / Dr. RN. / Dr. RO. / Dr. RP. / Dr. RQ. / Dr. RR. / Dr. RS. / Dr. RT. / Dr. RU. / Dr. RV. / Dr. RW. / Dr. RX. / Dr. RY. / Dr. RZ. / Dr. SA. / Dr. SB. / Dr. SC. / Dr. SD. / Dr. SE. / Dr. SF. / Dr. SG. / Dr. SH. / Dr. SI. / Dr. SJ. / Dr. SK. / Dr. SL. / Dr. SM. / Dr. SN. / Dr. SO. / Dr. SP. / Dr. SQ. / Dr. SR. / Dr. SS. / Dr. ST. / Dr. SU. / Dr. SV. / Dr. SW. / Dr. SX. / Dr. SY. / Dr. SZ. / Dr. TA. / Dr. TB. / Dr. TC. / Dr. TD. / Dr. TE. / Dr. TF. / Dr. TG. / Dr. TH. / Dr. TI. / Dr. TJ. / Dr. TK. / Dr. TL. / Dr. TM. / Dr. TN. / Dr. TO. / Dr. TP. / Dr. TQ. / Dr. TR. / Dr. TS. / Dr. TT. / Dr. TU. / Dr. TV. / Dr. TW. / Dr. TX. / Dr. TY. / Dr. TZ. / Dr. UA. / Dr. UB. / Dr. UC. / Dr. UD. / Dr. UE. / Dr. UF. / Dr. UG. / Dr. UH. / Dr. UI. / Dr. UJ. / Dr. UK. / Dr. UL. / Dr. UM. / Dr. UN. / Dr. UO. / Dr. UP. / Dr. UQ. / Dr. UR. / Dr. US. / Dr. UT. / Dr. UU. / Dr. UV. / Dr. UW. / Dr. UX. / Dr. UY. / Dr. UZ. / Dr. VA. / Dr. VB. / Dr. VC. / Dr. VD. / Dr. VE. / Dr. VF. / Dr. VG. / Dr. VH. / Dr. VI. / Dr. VJ. / Dr. VK. / Dr. VL. / Dr. VM. / Dr. VN. / Dr. VO. / Dr. VP. / Dr. VQ. / Dr. VR. / Dr. VS. / Dr. VT. / Dr. VU. / Dr. VV. / Dr. VW. / Dr. VX. / Dr. VY. / Dr. VZ. / Dr. WA. / Dr. WB. / Dr. WC. / Dr. WD. / Dr. WE. / Dr. WF. / Dr. WG. / Dr. WH. / Dr. WI. / Dr. WJ. / Dr. WK. / Dr. WL. / Dr. WM. / Dr. WN. / Dr. WO. / Dr. WP. / Dr. WQ. / Dr. WR. / Dr. WS. / Dr. WT. / Dr. WU. / Dr. WV. / Dr. WW. / Dr. WX. / Dr. WY. / Dr. WZ. / Dr. XA. / Dr. XB. / Dr. XC. / Dr. XD. / Dr. XE. / Dr. XF. / Dr. XG. / Dr. XH. / Dr. XI. / Dr. XJ. / Dr. XK. / Dr. XL. / Dr. XM. / Dr. XN. / Dr. XO. / Dr. XP. / Dr. XQ. / Dr. XR. / Dr. XS. / Dr. XT. / Dr. XU. / Dr. XV. / Dr. XW. / Dr. XX. / Dr. XY. / Dr. XZ. / Dr. YA. / Dr. YB. / Dr. YC. / Dr. YD. / Dr. YE. / Dr. YF. / Dr. YG. / Dr. YH. / Dr. YI. / Dr. YJ. / Dr. YK. / Dr. YL. / Dr. YM. / Dr. YN. / Dr. YO. / Dr. YP. / Dr. YQ. / Dr. YR. / Dr. YS. / Dr. YT. / Dr. YU. / Dr. YV. / Dr. YW. / Dr. YX. / Dr. YY. / Dr. YZ. / Dr. ZA. / Dr. ZB. / Dr. ZC. / Dr. ZD. / Dr. ZE. / Dr. ZF. / Dr. ZG. / Dr. ZH. / Dr. ZI. / Dr. ZJ. / Dr. ZK. / Dr. ZL. / Dr. ZM. / Dr. ZN. / Dr. ZO. / Dr. ZP. / Dr. ZQ. / Dr. ZR. / Dr. ZS. / Dr. ZT. / Dr. ZU. / Dr. ZV. / Dr. ZW. / Dr. ZX. / Dr. ZY. / Dr. ZZ.		

Anestesiologista  
CRM-RR 1408

HOSPITAL PERDAS SANJUNIA, 11000  
R. São João, 11000 - Fone: 2121-0500  
Planta: 2121-0500  
ALVENICACAO  
17 de Maio de 2012  
Certifico e Dou Fe que a Presente Cópia  
é Fiel Reprodução do Original que Foi  
apresentado neste Hospital





GOVERNO DE RORAIMA  
"AMAZÔNIA PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

CAUTELA ORTOPEDIA

**Tipo Cirurgia:**

Artroscopia de joelho

Data: 25/05/12 Nº. DO PRONTUÁRIO: \_\_\_\_\_

Paciente: Cláudio Pinheiro Ribeiro Idade: 40

Bloco: \_\_\_\_\_ Enfermaria: \_\_\_\_\_ Leito: \_\_\_\_\_

Caixa: Pequenos fragmentos Nº \_\_\_\_\_

**Material Utilizado:**

placa 13,25  
parafusos 0,8x11  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Médico Responsável

1ª Via - PRONTUÁRIO DO PACIENTE

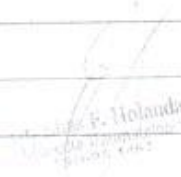

2ª Via - CME





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

EVOLUÇÃO MEDICA

DATA HORA	EVOLUÇÃO
	Claudio - 10/12/12
28/06/12	(1) Alta Hospital (2) Direção Clínica (3) Retirada de R. 10/12/12 (4) Retirada de R. 10/12/12 Exame de R. 10/12/12 (5) Retirada de R. 10/12/12 Claudio - 10/12/12
	 F. Holanda Médico Assistente 10/12/12
28/06/12	Vacina contra o HIV vacina contra o HIV vacina contra o HIV F.O. Retirada de R. 10/12/12 Retirada de R. 10/12/12 Claudio - 10/12/12 Claudio - 10/12/12 Claudio - 10/12/12
	 F. Holanda Médico Assistente 10/12/12





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE

FICHA DE MATERIAL CONSUMIDO EM CIRURGIAS

Nome do Paciente		Apt° ou Leito		N° do Prontuário		Data	
Cláudio Rêgina Ribeiro						1	
CIRURGIA							
TIPO				TEMPO DE DURAÇÃO			
Osteossíntese de tornozelo				Início	Fim	Tempo Total	
				1			
EQUIPE MÉDICA							
CIRURGIA				ANESTESIA			
Dr. Bruno							
1° AUXILIAR				INSTRUMENTADOR			
Dr. Rogério (R3)							
2° AUXILIAR				CIRCULANTE			
Dr. Patrick (R1)							
TIPO DE ANESTESIA				TEMPO DE DURAÇÃO			
gaseosa + oxigênio							
QUANT	MATERIAIS		VALOR	QUANT	MEDICAMENTOS		VALOR
	CATGUT SIMPLES	N°			HORAS DE OXIGÊNIO		
	CATGUT SIMPLES	N°			FRASCO-SORO FISIOLÓGICO %cc		
	CATGUT SIMPLES	N°			FRASCO SORO		
	CATGUT	N°			FRASCO SORO GLICOSADO %cc		
	CATGUT CROMADO	N°			FRASCO SORO GLICOSA %cc		
	CATGUT CROMADO	N°			XOLOCAÍNA		
	CATGUT ATRAUMÁTICO RETO				FLAXEDIL		
	CATGUT ATRAUMÁTICO CURVO				FLUOTHANE		
	FIOS DE SEDA	N°			PETRANE		
	FIOS DE ALGODÃO	N°			ENTRANE		
	<input checked="" type="checkbox"/> MONONYLON COM AGULHA 2.0				ÉTER		
	MONONYLON SEM AGULHA				ATROPINA		
	<input type="checkbox"/> UNIDADES DE GAZE (pote 120cm)				PROSTGMINE		
	<input checked="" type="checkbox"/> PARES DE LUVAS N° 7,5M, 8M				THIONEMBUTA		
	EQUIPOS PARA SORO				MARCAÍNA		
	30cm ROLOS DE ESPARADRAPO				INOVAL		
	DRENOS	N°			GLICOSE %		
	SONDAS	N°			ÁGUA OXIGENADA		
	<input checked="" type="checkbox"/> AGULHAS 40x21 ; 26x18 / 18x16				MERTHIOLATE		
	<input checked="" type="checkbox"/> COMPRESSAS (pote 120cm)				MERCÚRIO CROMO		
	<input type="checkbox"/> LAMINAS PARA BISTURI 2L						
SOMA				SOMA			

MATERIAIS E MEDICAMENTOS CONSUMIDOS EM SALA DE CIRURGIA - VISTO DOS RESPONSÁVEIS		DEBITAR NA C.C. DO PACIENTE		VALOR
INSTRUMENTADOR (A)	ENFERMEIRA CHEFE	MATERIAL MEDICAMENTOS		
	unpauco			
FUNCIONÁRIO / CÉLULAS	FUNCIONÁRIO / C.C. DO PACIENTE	TAXA DE SALA		



SUB-TOTAL



HOLE-TIM OPERARIO

Date: 25.05.12

OS

**INDICAÇÃO TERAPÊUTICA:**

TIPO DE INTERVENÇÃO:

MEDICAÇÕES E ACIDENTES:

### DIAGNÓSTICO OPERATÓRIO

CIRURGIÃO:

4<sup>th</sup> AUXILIAR:

2º AUXILIAR:

INSTRUMENTADORA

3º AUXILIAR:

## ANESTHESIA

ANESTESISTAS:

ANESTÈS CO

INÍCIO:

## FINE

## RELATÓRIO CIRÚRGICO

① Buente em 2011 sob supervisão de 10 horas  
 ② Anestesia e antissépticos.  
 ③ Limpeza mecânica com água de coze perfurada  
 CNZ e pontuação da compressão, apertando a compressão  
 + lavagem total do dente medido  
 ④ Redução de fatores de risco + fixação / placa termica  
 com o 06 onfícios + 06 garrafas contendo  
 14; e redução de antibióticos 1000-1000  
 ⑤ Anestesia da hemorragia.  
 ⑥ HNC e anestesia.  
 ⑦ Sutura com fio nylon 2.0 de  
 ⑧ Cyrodo, capim







GOVERNO DE RORAIMA  
"AMAZÔNIA PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

CAUTELA ORTOPEDIA

Tipo Cirurgia:

OSTEOTOMIA DE FOST DE ROMERO

Data: 04/06/12

Nº. DO PRONTUÁRIO: \_\_\_\_\_

Paciente: CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO Idade: \_\_\_\_\_

Bloco: B Enfermaria 213 Leito: 6

Caixa: Requisição Fragmentos Formosa Fort Nº \_\_\_\_\_

Material Utilizado:

Parafuso cortical P3 50 1

Arbute 1 40 1

Parafuso cortical 45  
P 116 1

Médico Responsável

1º Via - PRONTUÁRIO DO PACIENTE

2º Via - CME





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia Patrimônio dos Brasileiros"

*Cláudio Pereira Ribeiro*

FICHA DE ANESTESIA

07/06/12

PRÉ-MEDICAÇÃO - DROGA - DOSE - HORA - EFEITO			
Midazolam 2,5 mg + Fentanil 50 mcg			
15 16 17 18 19			
AGENTES	N 20		
	02		
LÍQUIDOS VENOSOS			
DA	°C	240	
X	38	220	
ULSO	●	36	200
ANES	X	34	180
X	32	160	
OP	○	30	140
TEMP	□		120
ASPIR	A		80
RESP	O		60
			40
			20
	Export		
	Apnd		
	Contm		
SÍMBOLOS			
AGENTES	DOSES	TÉCNICA	ANOTAÇÕES
A. Bupiv. Parado 15ml	15ml	Paracaudal	- CC C OK
B. Cloralfina 2g	2g	paracaudal	- Condicionamento OK
C. Lidocaina 40mg	40mg	com aspirador	- PN OK
D. Articaina 4ml	4ml	com 1:2 com 1:2	- Circunferência OK
E. Hipoclor 2g	2g	com aspirador	- Gases / up anestesia OK
F. Articaina 4ml	4ml	com	
G. Ceramab 100mg	100mg		
GLICOSE	LÍQUIDOS	Câmara - Naso / Oro Faríngea	
NDGD		Naso / Orotraqueal - Gogo	
SANGUE		Bal - Temp - Calibre do Tubo	
		Sob Máscara	
		Dificuldade Técnica	
TOTAL		TEMPO DE ANESTESIA	
OPERAÇÃO		Laringo - Espirômetro - Espirômetro Seco	
Uteromiotina de 120mg de 120mg		Depressão Respiratória - Hipoxia	
		Mucosa - Glândula	
		Hemostase - Anestesia	
		Eletrocardiograma - Chaper	
ANESTESIA	CÓDIGO	CIRURGIÃO	PERDA SANGÜÍNEA
Lra. Ana Paula		Lra. Bruno	
Lra. Juliana (R)		Lra. Wilson (R)	
Lra. Rogério (R)			



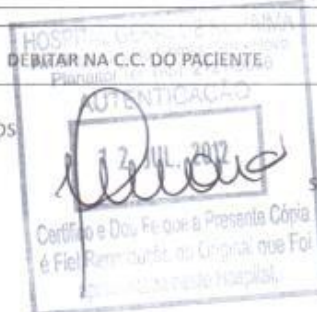


GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE

FICHA DE MATERIAL CONSUMIDO EM CIRURGIAS

Nome do Paciente		Apt° ou Leito	N° do Prontuário	Data	
Cláudio Pereira Ribeiro		213.6		04/06/12	
CIRURGIA					
TIPO			TEMPO DE DURAÇÃO		
OSTEOTOMIA DE FÊMUR DE TROMBECOS			Início	Fim	Tempo Total
			15:50	16:30	
EQUIPE MÉDICA					
CIRURGIA		ANESTESIA			
Dr. Bruno		Dr. A. P. R. 1.20. R. 11			
1° AUXILIAR		INSTRUMENTADOR			
Dr. R. T. T.					
2° AUXILIAR		CIRCULANTE			
Dr. R. T. T.		M. L. M.			
TIPO DE ANESTESIA		TEMPO DE DURAÇÃO			
Rápid					
QUANT	MATERIAIS	VALOR	QUANT	MEDICAMENTOS	VALOR
	CATGUT SIMPLES N°			HORAS DE OXIGÊNIO	
	CATGUT SIMPLES N°			FRASCO-SORO FISIOLÓGICO %cc	
	CATGUT SIMPLES N°			FRASCO SORO	
	CATGUT N°			FRASCO SORO GLICOSADO %cc	
	CATGUT CROMADO N°			FRASCO SORO GLICOSA %cc	
	CATGUT CROMADO N°			XOLOCAÍNA	
	CATGUT ATRAUMÁTICO RETO			FLAXEDIL	
	CATGUT ATRAUMÁTICO CURVO			FLUOTHANE	
	FIOS DE SEDA N°			PETRANE	
	FIOS DE ALGODÃO N°			ENTRANE	
	MONONYLON COM AGULHA 30			ÉTER	
	MONONYLON SEM AGULHA			ATROPINA	
	UNIDADES DE GAZE			PROSTGMÍNE	
	PARES DE LUVAS N° 7-1	8.00		THIONEMBUTA	
	EQUIPOS PARA SORO			MARCAÍNA	
	ROLOS DE ESPARADRAPO			INOVAL	
	DRENOS N°			GLICOSE %	
	SONDAS N°			ÁGUA OXIGENADA	
	AGULHAS			MERTHIOLATE	
	COMPRESSAS			MERCÚRIO CROMO	
	LAMINAS PARA BISTURI 21				
SOMA			SOMA		

MATERIAIS E MEDICAMENTOS CONSUMIDOS EM SALA DE CIRURGIA - VISTO DOS RESPONSÁVEIS		DEBITAR NA C.C. DO PACIENTE		VALOR
INSTRUMENTADOR (A)	ENFERMEIRA CHEFE	MATERIAL MEDICAMENTOS		
	S. A. P. Y.			
FUNCIONÁRIO / CÁLCULOS	FUNCIONÁRIO / C.C. DO PACIENTE	TAXA DE ALA		







GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE

FICHA DE MATERIAL CONSUMIDO EM CIRURGIAS

Nome do Paciente		Aptº ou Leito	Nº do Prontuário	Data	
Osvaldo Pereira Ribeiro		213.6		04/06/12	
CIRURGIA					
TIPO				TEMPO DE DURAÇÃO	
OSTEOTOMIA DE FLEAT DE LOMBARETE				Início	Fim
				15:50	16:30
EQUIPE MÉDICA					
CIRURGIA		ANESTESIA			
Dr. Bruno		Dr. A. P. Ribeiro			
1º AUXILIAR		INSTRUMENTADOR			
Dr. R. H.					
2º AUXILIAR		CIRCULANTE			
Dr. R. H.		Mullery N. E.			
TIPO DE ANESTESIA		TEMPO DE DURAÇÃO			
Rápid					
QUANT	MATERIAIS	VALOR	QUANT	MEDICAMENTOS	VALOR
	CATGUT SIMPLES N°			HORAS DE OXIGÊNIO	
	CATGUT SIMPLES N°			FRASCO-SORO FISIOLÓGICO %cc	
	CATGUT SIMPLES N°			FRASCO SORO	
	CATGUT N°			FRASCO SORO GLICOSADO %cc	
	CATGUT CROMADO N°			FRASCO SORO GLICOSA %cc	
	CATGUT CROMADO N°			XOLOCAÍNA	
	CATGUT ATRAUMÁTICO RETO			FLAXEDIL	
	CATGUT ATRAUMÁTICO CURVO			FLUOTHANE	
	FIOS DE SEDA N°			BETRANE	
	FIOS DE ALGODÃO N°			ENTRANE	
	MONONYLON COM AGULHA 30			ÉTER	
	MONONYLON SEM AGULHA			ATROPINA	
	UNIDADES DE GAZE			PROSTGMINE	
	PARES DE LUVAS N° 7/1			THIOUREBUTA	
	EQUIPOS PARA SORO			MADEAÍNA	
	ROLOS DE ESPARADRAPO			INOVAL	
	DRENOS N°			GLUCOSE %	
	SONDAS N°			ÁGUA OXIGENADA	
	AGULHAS			METABOLATE	
	COMPRESSAS			MERCÚRIO CROMO	
	LAMINAS PARA DISTUR				
SOMA			SOMA		
MATERIAIS E MEDICAMENTOS CONSUMIDOS EM SALA DE CIRURGIA - VISTO DOS RESPONSÁVEIS			DEBITAR NA D.C. DO PACIENTE		
INSTRUMENTADOR (A)		ENFERMEIRA CHEFE	MATERIAL MEDICAMENTOS		VALOR
		S. A. P. R.			





**DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA**

**CLÁUDIO PEREIRA RIBEIRO**, brasileiro, união estável, portador da Cédula de Identidade RG 241548 SSP-RR, CPF 927.638.122-87, residente e domiciliado na Rua CJ 11, Nº 88, Casa 4, Birro Jóquei Clube, Município de Boa Vista, Estado de Roraima.

Declaro para os devidos fins Legais que sou hipossuficiente financeiramente na forma da lei ( Lei nº 1.060/50, artigo 5º parágrafo 4º) não dispondo de recursos ou condições para arcar com as despesas e custas processuais sem prejuízo ao meu próprio sustento e de minha família.

Por este motivo, suplico a vossa excelência, que se digne em conceder os benefícios da justiça gratuita, tudo de conformidade com artigo 1º, Lei nº 5478, de 25 de julho de 1968.

Pelo qual firmo a presente declaração ciente de todas as condições legais.

Boa Vista, 12 de julho de 2012

CLÁUDIO PEREIRA RIBEIRO

**CLÁUDIO PEREIRA RIBEIRO**

---

19/07/2012: Distribuição.

Data: 19/07/2012

Movimentação: Distribuição

Complemento: 4ª Vara Cível de Boa Vista

Por: SISTEMA CNJ

19/07/2012: Conclusão.

Data: 19/07/2012

Movimentação: Conclusão

Por: SISTEMA CNJ

Data: 20/07/2012

Movimentação: Mero Expediente

Por: ELVO PIGARI JUNIOR

Relação de arquivos da movimentação:

- Despacho

20/07/2012: Audiência.

Data: 20/07/2012

Movimentação: Audiência

Complemento: (Agendada para 20 de Agosto de 2012 às 09:50)

Por: ELVO PIGARI JUNIOR

20/07/2012: Expedição de documento.

Data: 20/07/2012

Movimentação: Expedição de documento

Complemento: Para SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Por: ELVO PIGARI JUNIOR

Data: 20/07/2012

Movimentação: Documento expedido

Complemento: (P/ Advgs. de CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO)

Por: ELVO PIGARI JUNIOR

20/07/2012: Audiência.

Data: 20/07/2012

Movimentação: Audiência

Por: ALEXANDRE MARTINS FERREIRA



20/07/2012: Audiência.

Data: 20/07/2012

Movimentação: Audiência

Complemento: (Agendada para 14 de Agosto de 2012 às 15:00)

Por: ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

Data: 20/07/2012

Movimentação: Documento expedido

Complemento: (P/ Advgs. de CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO)

Por: ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

Data: 20/07/2012

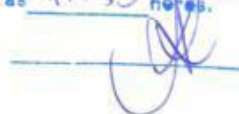
Movimentação: Petição

Por: VALDENOR ALVES GOMES

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA  
4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA-RR

4ª. VARA CÍVEL  
Recebidos em Cartório  
B. Vista-RR 20/07/12  
às 11:53 horas.  


Os promoventes já devidamente qualificados (as) nos autos dos processos abaixo epígrafados, por seu advogado que esta subscreve, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, requerer a juntada da petição inicial na forma física (CONTRAFÉ), com o objetivo de dar o normal prosseguimento na citação da parte promovida, como medida de inteira justiça.

Nº. PROCESSO	NOME / AUTOR
0715226-41.2012.823.0010 ✓	ANTONIA LILIANE SILVA MOTA
0715232-48.2012.823.0010 ✓	CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO
0715234-18.2012.823.0010 ✓	CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO
0715241-10.2012.823.0010 ✓	MICHAEL MATOS DO CARMO

Nestes termos

Espera deferimento.

Boa Vista-RR, 20 de julho de 2012.

  
Dr. VALDENOR ALVES GOMES  
OAB/RR 618

25/07/2012: Documento lido.

Data: 25/07/2012

Movimentação: Documento lido

Complemento: (Por VALDENOR ALVES GOMES) em 25/07/12 \*Referente ao evento Audiência

Conciliação Redesignada(20/07/12)

Por: VALDENOR ALVES GOMES

25/07/2012: Documento lido.

Data: 25/07/2012

Movimentação: Documento lido

Complemento: (Por VALDENOR ALVES GOMES) em 25/07/12 \*Referente ao evento Mero Expediente(20/07/12)

Por: VALDENOR ALVES GOMES

Data: 20/08/2012

Movimentação: Audiência

Complemento: Com conciliação

Por: LUANA MAGNA AVILA VIEIRA

Relação de arquivos da movimentação:

- Laudo Pericial
- Termo de Audiência

## AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE CONCILIAÇÃO

[Art. 31º da Lei 11.945 de 4/8/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

Documento Digitalizado

### Informações da Vítima

Nome completo: Claudio Pereira Ribeiro

CPF: 927.638.122-87

Endereço completo: Rua: C-11, 38, Joazeiro Clube

### Informações do acidente

Local: Av. Centenário, Centenário

Data do Acidente: 25/05/2012

### Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial nº 0715234-18, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na 4ª Vara Cível ou JEC da Comarca de BV - (RR).

Local, data.

Claudio Pereira Ribeiro

Assinatura da vítima

### Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso da resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

Tratado por médico  
Tratado por médico - fratura

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Dor e edema instabilidade fratura

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):



IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias  
b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima:

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

- ☐ Sim, em que prazo:  
☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou da resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total  
(Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima).

b) ☒ Parcial  
(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima). Em se tratando de dano parcial informar-se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima).

b.2 ☐ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☒ 50% Média ☐ 75% Intensa

2ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☒ 50% Média ☐ 75% Intensa

3ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:

Assinatura do médico - CRM:

André de Oliveira  
Médico  
SALEK CRM 5284361-D

Dr. Rogério de P. Dias  
Médico Legista  
CRM 1205





**ESTADO DE RORAIMA**  
**Poder Judiciário**  
**Juízo de Direito da 4.ª Vara Cível**  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

**AÇÃO DE COBRANÇA**

**PROCESSO N.º:** 0715234-18.2012.823.0010

**Autor:** CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO

**Adv.:** VALDENOR ALVES GOMES (OAB/RR 618 N)

**Réu:** SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

**Adv.:** ALVÁRO LUIZ COSTA FERNANDES (OAB/AC 3592-A)

**AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO – MUTIRÃO DPVAT**

Aos 14 dias do mês de agosto do ano de 2012, às 15h40min, nesta cidade de Boa Vista (RR), no Fórum, na sala das audiências deste Juízo, presente a MM. Juiz Coordenador do Mutirão de Conciliação DPVAT, **Dr. Elvo Pigari Junior**, comigo escrevente, foi pelo Meritíssimo aberta a audiência de *Conciliação*, em que figuram as partes acima, inserida no Mutirão de Conciliação DPVAT. Realizado o pregão das partes, compareceu a parte autora acompanhada de seu advogado, bem como os prepostos da parte requerida, Paulo Leite de Farias Filho (RG.: 100.615.400 IFP; CPF.: 029.186.977-70), Anderson Arruda Alves da Silva, (OAB/RJ 160.052, CPF 102.107.877-85) e seu advogado. **ABERTA A AUDIÊNCIA**, foi apresentado o laudo relativo à perícia a qual a parte autora foi submetida nesta data, no qual consta a seguinte conclusão: perna esquerda com grau de 50% e crânio facial com grau de 50%. Como não houve pagamento administrativo. A parte ré apresentou proposta de acordo nos seguintes termos: propõe a pagar o valor de R\$ 11.475,00 (onze mil quatrocentos e setenta e cinco reais ) referente ao principal e R\$ 1.721,25 (um mil setecentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos) referente aos honorários do advogado, no prazo de trinta dias úteis a contar da homologação do acordo, tudo nos termos da súmula 474 do STJ. As custas finais serão pagas pela ré. As partes renunciam ao direito de recorrer. O autor concordou com a proposta de conciliação e as partes pediram a homologação do acordo. O M.M. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA**: "*As partes submetem à apreciação deste Juízo o acordo acima descrito, que apresenta consonância com os ditames legais e constitucionais, razão pela qual o homologo por sentença, para que gere os devidos efeitos. Custas e honorários na forma do acordo. Arbitro os honorários periciais em R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), devendo os mesmos serem pagos no mesmo prazo*

Claudio



**ESTADO DE RORAIMA**  
**Poder Judiciário**  
**Juízo de Direito da 4.ª Vara Cível**  
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

**AÇÃO DE COBRANÇA**

**PROCESSO N.º:** 0715234-18.2012.8.23.0010

**Autor:** CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO

**Adv.:** VALDENOR ALVES GOMES (OAB/RR 618 N)

**Réu:** SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

**Adv.:** ALVÁRO LUIZ COSTA FERNANDES (OAB/AC 3592-A)

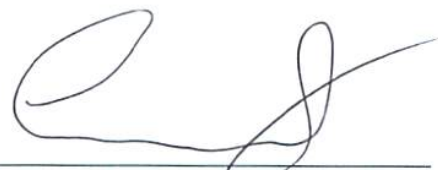
*estabelecido no acordo. Sentença publicada em audiência, com imediato trânsito em julgado. Expeça-se guia de depósito em conta judicial. Feito o depósito, expeçam-se os alvarás de levantamento do principal, dos honorários do advogado e do perito”. Nada mais havendo, mandou o MM Juiz encerrar o presente termo, que vai assinado por todos. Eu, Isabely Christine Ferreira escrevente, digitei e subscrevi.*

  
\_\_\_\_\_  
M.M. JUIZ

  
\_\_\_\_\_  
Valdenor Alves Gomes  
Advogado Autor(a)

  
\_\_\_\_\_  
Anderson Arruda Alves da  
Silva  
Preposto Parte Ré

  
\_\_\_\_\_  
CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO  
Autor(a)

  
\_\_\_\_\_  
Alvaro Luiz Costa Fernandes  
Advogado Requerido(a)

\_\_\_\_\_  
Paulo Leite de Farias Filho  
Preposto Parte Ré

20/08/2012: Conclusão.

Data: 20/08/2012

Movimentação: Conclusão

Complemento: Juiz(íza) Titular ELVO PIGARI JUNIOR

Por: LUANA MAGNA AVILA VIEIRA

Data: 21/08/2012

Movimentação: Homologação de Transação

Por: ELVO PIGARI JUNIOR

Relação de arquivos da movimentação:

- Sentença

16/10/2012: Petição.

Data: 16/10/2012

Movimentação: Petição

Por: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA  
4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA - RR.**

**Autos nº 0715234-18.2012.823.0010**  
**Autor: CLÁUDIO PEREIRA RIBEIRO**  
**Réu: DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**

**DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO  
SEGURO DPVAT,**

**já qualificada nos autos em epígrafe, comparece, respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, para informar o cumprimento do acordo, requerendo a juntada dos comprovantes de depósito no valor de R\$ 13.196,25 (treze mil e cento e noventa e seis reais e vinte e cinco centavos), correspondente ao montante devido ao autor e ao seu procurador; e de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referente aos honorários periciais.**

As custas processuais finais, caso existentes, ficarão a encargo da Requerida, que providenciará o pagamento diretamente no cartório.

**Por fim, se requer que doravante as intimações sejam em nome de ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES, 3592/AC.**

*Nestes termos, pede deferimento.  
Boa Vista, 9 de outubro de 2012.*

**Alvaro Luiz Fernandes**  
**OAB/AC 3592**

  
**Florindo Silvestre Poersch**  
**OAB/AC nº 800**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA  
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA  
Autor: CLÁUDIO PEREIRA RIBEIRO  
Réu: DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS C  
BOA VISTA - 4 VARA CIVEL  
Processo: 07152341820128230010 - ID 081210000000150338  
ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente  
para efetivação do depósito.  
ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente  
para efetivação do depósito.

03/10/2012 - BANCO DO BRASIL - 17:42:33  
837418234 0784

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

BANCO DO BRASIL S.A.

00190000090161078800036367539180255640001319625  
NOSSO NUMERO 16107880036367539  
CONVENIO 01610788  
SISTEMA DJO - DEPOSITO JUDICIAL 2234/99747159  
AGENCIA/COD. CEDENTE 31/12/2012  
DATA DE VENCIMENTO 03/10/2012  
DATA DO PAGAMENTO 13.196,25  
VALOR DO DOCUMENTO 13.196,25  
VALOR COBRADO 13.196,25  
DADOS CHEQUE: 001 001 1769 306.440,002 591.682

NR.AUTENTICACAO E.826.683.893.4EB.921  
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,  
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

CEDENTE : BANCO DO BRASIL S/A

RECIBO DE SACADO

Nome do Cliente	Data de Vencimento	Valor Cobrado
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO	31/12/2012	13.196,25
Agência / Código do Cedente	Nosso Número	Autenticação Mecânica
2234 / 99747159-0	16107880036367539	



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA  
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA  
Autor: CLÁUDIO PEREIRA RIBEIRO  
Réu: DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS C  
BOA VISTA - 4 VARA CIVEL  
Processo: 7152341820128230010 - ID 081210000000150346  
ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente  
para efetivação do depósito.  
ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente  
para efetivação do depósito.

03/10/2012 - BANCO DO BRASIL - 17:20:36  
837418234 0710

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

BANCO DO BRASIL S.A.

00190000090161078800036367614181455640000015000  
NOSSO NUMERO 16107880036367614  
CONVENIO 01610788  
SISTEMA DJO - DEPOSITO JUDICIAL 2234/99747159  
AGENCIA/COD. CEDENTE 31/12/2012  
DATA DE VENCIMENTO 03/10/2012  
DATA DO PAGAMENTO 150,00  
VALOR DO DOCUMENTO 150,00  
VALOR COBRADO 150,00  
DADOS CHEQUE: 001 001 1769 7706.440.002 591.616

NR. AUTENTICACAO 4.0CB.FAB.548.71A.A4A  
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,  
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

RECIBO DE SACADO

CEDENTE : BANCO DO BRASIL S/A

Nome do Cliente	Data de Vencimento	Valor Cobrado
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO	31/12/2012	150,00
Agência / Código do Cedente	Nosso Número	Autenticação Mecânica
2234 / 99747159-0	16107880036367614	

R. Senador Dantas 74, 5º andar  
Centro Rio de Janeiro CEP 20031-205  
Tel 21 3861-4600  
www.seguradoralider.com.br



Seguradora Líder • DPVAT

### PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **Drs. ALVARO LUIZ FERNANDES**, brasileiro, divorciado, inscrito na OAB/AC sob o nº 3592, **FLORINDO SILVESTRE POERSCH**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/AC sob o nº 800, **LEONARDO COSTA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/AC sob o nº 3.584; com escritório na Rua Jardim Primavera nº 207, Conjunto Jardim Manoel Julião, bairro Vila Ivonete, Rio Branco, Acre - 69.914.405, **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA POERSCH ADVOGADOS ASSOCIADOS**, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, vedado receber, dar quitação e levantar alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser

R. Senador Dantas 74, 5º andar  
Centro - Rio de Janeiro CEP 20031-205  
Tel 21 3861-4600  
www.seguradoralider.com.br



Seguradora Líder - DPVAT

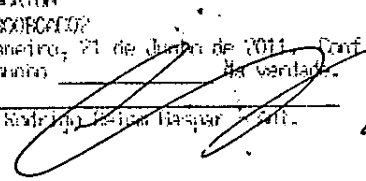
liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 2011

  
MARCELO DAVOLI LOPES

  
JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

179 OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firme Oliveira  
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro. 2107-9600. Reconheço  
por semelhança as firmas dos MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ MÁRCIO  
BARBOSA NORTON

Data: 06/06/2011  
Rio de Janeiro, 21 de junho de 2011. Conf. por:   
Fm. testemunha: Na verdade. Serventia: 30% T. J. F. J. N. S. Total: 4.17

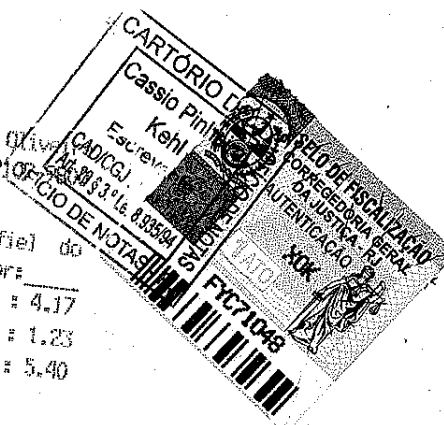
Bruno Rodrigo - Tabelião - Aut.



179 OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firme Oliveira  
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9600  
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do  
original que foi apresentado. Cod: 087804800630A6. Conf. por:  
Rio de Janeiro, 21 de junho de 2011.

Cassio Pinheiro Kehl - Aut.

Serventia : 4.17  
30% T. J. F. J. N. S. : 1.23  
Total : 5.40



## Parte V Publicações a Pedido

www.imprensaoficial.rj.gov.br

# DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Esta Parte é editada eletronicamente desde 23 de janeiro de 2006

### ATAS, CERTIDÕES E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Associações, Sociedades e Firms

BRASIL SANEAMENTO S.A.  
CNPJ Nº 06.188.881/0001-30  
NIRE: 33300227321-2

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA da Brasil Saneamento S/A, realizada em 31/08/09, 1. Data: 31.08.2009, às 10h00, na sede social da Companhia, na Av. Rio Branco, 26, sala 1002 (parte), Centro, Cidade do Rio de Janeiro. 2. Convocação e Presença: Convocação dispensada, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, face à presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme lista de presença (Anexo I). 3. Mesa: Presidente: João Manuel Quevedo Pereira Coutinho; Secretária: Renata Pereira Lobo e Silva. 4. Deliberações: tomadas pela unanimidade dos acionistas: 4.1 - Aumentar o capital social da Companhia em R\$ 2.148.960,00, mediante a emissão de 2.148.960 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 por ação, sendo de acordo com o inciso I do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei nº 6.404/76, sendo a totalidade do preço de emissão destinada à formação do capital social, que passa de R\$ 49.124.986,00 para R\$ 51.273.946,00. 4.2 - Mediante aprovação de todos os acionistas da Companhia, as 2.148.960 novas ações emitidas são, neste ato, totalmente subscritas pela acionista SGC Internacional S/A, ao preço de emissão total de R\$ 2.148.960,00, sendo este valor totalmente integralizado, neste ato, em moeda corrente nacional, conforme o Boletim de Subscrição (Anexo II). 4.3 - Em decorrência do deliberado nos itens anteriores, aprovar a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R\$ 51.273.946,00, dividido em 53.458.891 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal". 4.5 - Aprovar a lavatura desta ata em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 130 da Lei 6.404/76. 5. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, levanta-se a presente Ata de Assembleia Geral Extraordinária, que foi aprovada e assinada pela unanimidade dos acionistas. 6. Assinaturas: Presidente da Assembleia: João Manuel Quevedo Pereira Coutinho; Secretária da Assembleia: Renata Pereira Lobo e Silva; Acionistas: SGC Internacional S/A, Victor Saneamento Ltda.; Alexandre d'Encarnação Faria; João Manuel Marcos Rodrigues Reim; João Manuel Quevedo Pereira Coutinho e Carlos Geraldo Langoni. Confere com o original lavrado em livro próprio. Rio de Janeiro, 31/08/09, Renata Pereira Lobo e Silva - Secretária da Assembleia. JucerJA 00001951110 em 09/02/2009. Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Id: 844175

MEGAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.  
CNPJ/MF: 33.348.608/0001-48  
NIRE: 33.30228510-4

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 06/03/2009. 1. Local: Data e hora: 06/03/2009, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Candelária, nº 55, 2º andar - parte, Centro. 2. Exatidão: Acionistas representando a tota-

### SUMÁRIO

Atas, Certidões e Demonstrações

Associações, Sociedades e Firms

Aviões, Editais e Termos

Associações, Sociedades e Firms

Extravio de Documentos

Leilões Extrajudiciais

Idade do capital social da Companhia, conforme registrado no Livro de Presença de Acionistas assinado e arquivado na sede da Companhia, estando presente também o Diretor-Presidente da Companhia, Sr. Damião Carlos Moreno Tavares, e o Presidente do seu Conselho de Administração, Sr. Antonio Luiz Benevides Xavier. 3. Mesa: Presidente: Sr. Antonio Luiz Benevides Xavier; Secretário: Sr. Damião Carlos Moreno Tavares. 4. Convocação: Dispensada a convocação na forma do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76. 5. Deliberações: Foi deliberado sobre aumento de capital da Companhia; e (II) deliberar sobre a correspondente alteração do art. 5º do estatuto social da Companhia em função do aumento de capital. 6. Deliberação: Foi aprovada, pela unanimidade dos acionistas, a lavatura da presente ata sob a forma de sumário e sua publicação com emissão das assinaaturas dos acionistas, na forma do art. 130 da Lei nº 6.404/76. Por unanimidade de votos dos acionistas, foram aprovadas as seguintes deliberações: 6.1. Foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 649.999.000,00 (seiscentos e quarenta e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil reais), mediante a emissão de 649.999.000 (seiscentos e quarenta e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O preço de emissão das ações foi fixado com a concordância de todos os acionistas presentes em R\$ 1,00 (um real) por ação, sendo o por base o valor de patrimônio líquido da Companhia em 04/02/2009. Com a anulação dos demais acionistas, que renunciaram aos seus respectivos direitos de preferência para a subscção das novas ações, a acionista Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR, subscveu a totalidade do aumento de capital ora deliberado, nos termos do Boletim de Subscrição lavrado pela acionista, que foi arquivado na sede da Companhia. 6.2. Em decorrência do aumento de capital ora aprovado, o art. 5º do estatuto social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social é de R\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais), dividido em 650.000.000 (seiscentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal". Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata sob a forma de sumário, que foi assinada por todos os presentes. Assinaturas: Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR, Gustavo Nunes da Silva Rocha; Joel Eduardo Alves Peito Junior, Antonio Carlos Magalhães Malta Pires, Alexandre Louzada Tourinho, Marcelo Andreotto Perillo, Igor Aversa Dutra do Souto, Carlos Fernando Costa, Roberto Henrique Gremier, Fábio Maimoni Gonçalves, Jackson Lage Maciel, Henrique Carlos Parra Parra, Carlos Alberto Rosa, Antonio Luiz Benevides Xavier, Ari Sarmiento do Valle Barbosa, Izabela Campos Alcântara Lemos e Maria Tereza de Souza Silva. Acionistas: Presentes: Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR, Gustavo Nunes da Silva Rocha; Joel Eduardo Alves Peito Junior, Antonio Carlos Magalhães Malta Pires, Alexandre Louzada Tourinho, Marcelo Andreotto Perillo, Igor Aversa Dutra do Souto, Carlos Fernando Costa, Roberto Henrique Gremier, Fábio Maimoni Gonçalves, Jackson Lage Maciel, Henrique Carlos Parra Parra, Carlos Alberto Rosa, Antonio Luiz Benevides Xavier, Ari Sarmiento do Valle Barbosa, Izabela Campos Alcântara Lemos e Maria Tereza de Souza Silva. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro pró-

prio. Mesa: Antonio Luiz Benevides Xavier - Presidente; Damião Carlos Moreno Tavares - Secretário. JUCERJA nº 0000188844 em 10/03/2009. Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Id: 844075

CONSTRUTORA QUEIROZ GALVAO S/A  
CONSTRUTORA OAS LTDA  
CONSTRUTORA BRASILIA GUABIA LTDA

TERMO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO, QUE ENTRE SI FAZEM: CONSTRUTORA QUEIROZ GALVAO S/A - CNPJ nº 33.412.732/0001-40, CONSTRUTORA OAS LTDA - CNPJ nº 14.310.577/0001-04 e CONSTRUTORA BRASILIA GUABIA LTDA - CNPJ nº 33.192.873/0001-40, 1) Terá como objetivo a execução pela o Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes, ente autárquico federal vinculado ao Ministério dos Transportes, doravante denominado DNIT, dos serviços necessários a realização das Obras de Implantação e Pavimentação na Rodovia BR-448/RS Trecho Enr. BR-118/RS-118 (Sapucaia do Sul) - Enr. BR-290/RS, Km 14,44 - Km 22,34, compreendendo no LOTE 3 da Consórcio a execução de obras de 187/2009-00. 2) O Consórcio terá endereço na Avenida Rio Branco, 156 - 3º andar, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, CEP: 20090-000 e foro na cidade de Porto Alegre/RS, com duração igual ao necessário para a integral execução do contrato nº 492/09-00, terminando de pleno direito quando as obras sob as quais o CONSÓRCIO se incumbiu de fazer foram entregues e todas as obrigações dele decorrentes sejam liquidadas e levadas a execução definitiva pelo DNIT, ou ainda na hipótese da execução do contrato tornar-se material ou legalmente impossível. 3) As CONSORCIADAS participarão da EMPREITADA nas despesas, nos lucros e perdas, nos custos diretos e indiretos, tributos e encargos, despesas comuns, pagamentos, reportes de recursos financeiros, direitos, deveres, responsabilidades, seguros, obediência à proporção de suas respectivas participações no CONSÓRCIO, na forma e segundo QUEIROZ GALVAO - 37,80% (trinta e sete inteiros e oitenta centésimos por cento), OAS - 37,60% (trinta e sete inteiros e sessenta centésimos por cento) e BRASILIA - 24,40% (vinte e quatro inteiros e quarenta centésimos por cento). As CONSORCIADAS participarão de todas as etapas das obras e serviços que integram o EMPREENDIMENTO, observando-se para todas as finalidades, sempre, o limite acima estabelecido. Registrado na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - NIRE nº 33.5.0002436-4 em 16/09/2008 - Protocolo nº 00-2009/172115-6. Secretária Geral - Valéria G.M. Serra.

Id: 843207

POTLATCH EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.  
CNPJ/MF 30.025.092/0001-25

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS - Em 21 de setembro de 2009, às 10:00h, as ações representando 100% (cem por cento) do capital da Potlatch Empreendimentos e Participações Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.025.092/0001-25, na sede da sociedade localizada na Rua de Quatunda nº 52, 1º andar (parte), aprovaram por unanimidade de suas seguintes deliberações tomadas em Reunião de Sócios: (I) Redução do capital social no importe de R\$ 608.820,00 (seiscentos e oito mil, oitocentos e vinte reais) mediante transferência ao Sôcio Maria Cesar Campanheta dos imóveis que seguem: (a) Predio nº 13.750 Loja e Sobrado de Av. Salvador Alende, antigo Av. Alfredo Balduino da Silveira, Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro - RJ, descrito e caracterizado na Matrícula nº 83.476 do 9º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Capital do Estado do Rio de Janeiro; (b) Sítio nº 15 da Quadra P da Planície 51-55-12915, com frente para a Av. Cesar Morant, antiga Servidão "H", Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro - RJ, descrito e caracterizado na Matrícula nº 94.264 do 9º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Capital do Estado do Rio de Janeiro; (c) Redução de 1.332.933 (um milhão, trezentas e cinquenta e duas mil, novecentas e trinta e três) cotas do capital da sociedade; (II) Redução do contrato social, consolidando as modificações promovidas. Rio de Janeiro (RJ), 21 de setembro de 2009, Maria Cesar Campanheta - Presidente; Bruno Roberto Campanheta - Secretário.

Id: 844067



### GH PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 00.062.500/0001-37

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Estamos apresentando as demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31/12/2007 e 2008. Permanecemos a disposição para quaisquer esclarecimentos.									
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2008 E DE 2007 (R\$)					DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2008 E 2007 (R\$)				
ATIVO		2008		2007	PASSIVO		2008		2007
Circulante		33.424,52	54.721,45	824.478,78	Circulante		824.478,78	90.857,78	
Caixa		-	-	28.959,01	Obrigações Sociais e Trabalhistas		310,00	359,00	
Bancos		12.232,17	26.520,12	15.995,00	Lucro/Dividendos a Distribuir		608.568,29	90.198,00	
Créditos Diferentes com Terceiros		-	3.000,00	-	Outras Contas a Pagar		15.995,00	-	
Fiscal		7.222,35	7.222,35	-	Passivo não circulante		3.119.549,11	6.222.976,30	
Ativo não circulante		8.720.847,88	8.048.832,58	388.813,50	Empreitada a Longo Prazo		388.813,50	1.094.882,47	
Realizável a Longo Prazo		521.361,45	1.219.189,45	-	Empreendimentos e Financiamentos		-	61.123,47	
Conta Corrente Soc. Congêneras		521.361,45	1.219.189,45	1.033.739,00	Outras Contas a Pagar		-	1.033.739,00	
Permanente		8.189.586,43	8.787.673,13	2.420.400,00	Patrimônio Líquido		2.420.400,00	6.958.113,63	
Investimentos		8.183.581,91	6.777.807,07	4.240.400,00	Capital Social		4.240.400,00	4.240.400,00	
Imobilizado Líquido		15.524,22	19.856,06	5.051.928,81	Reservas		5.051.928,81	3.888.976,83	
Total do Ativo		8.744.422,40	8.113.534,06	1.561.391,00	Ações em Poder de Tesouraria		(1.561.391,00)	(1.151.263,00)	
				8.744.422,40	Total do Passivo		8.744.422,40	8.113.534,06	
DEMONSTRAÇÃO DAS MUDANÇAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 (R\$)									
Descrição	Substituto	de Capital	Legal	Lucros	Agio	Dividendos	Lucros (prejuízos)	Ações em	Total
Saldo inicial	4.240.400,00	328.871,35	650.584,14	731.833,06	11.400,00	3.229.238,06	(1.151.263,00)	6.958.113,63	
Recompos de Ações	-	-	-	-	-	-	(415.126,00)	(415.126,00)	
Venda de Ações	-	-	-	-	-	-	5.000,00	18.400,00	
Lucro (Prejuízo) do Exercício	-	-	-	-	-	-	3.040.742,78	3.040.742,78	
Dividendos Obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(568.148,55)	(568.148,55)	
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-	-	(1.300.044,43)	(1.300.044,43)	
Constituição de Reservas	-	-	-	-	-	-	2.318.557,07	(2.471.594,21)	
Saldo Final	4.240.400,00	328.871,35	650.584,14	731.833,06	11.400,00	3.229.238,06	(1.561.391,00)	7.730.938,81	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2008 E 2007 (R\$)									
Administrativas		2008		2007					
Resultados Financeiros Líquidos		(43.114,17)		(1.014.351,19)					
Resultado de equivalência patrimonial		(735.730,18)		(3.440,71)					
Lucro (Prejuízo) Operacional		3.819.587,11		1.208.957,27					
Resultados antes da Contribuição Social e Imposto de Renda		3.040.742,78		189.165,37					
Resultado do Exercício		3.040.742,78		189.165,37					
Lucro Líquido por Ação		0,72		0,04					
NOTAS EXPLICATIVAS									
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas adotadas no Brasil, especialmente a lei 6404/76, com as alterações da lei 11.838/07. Para fins de comparabilidade, apresentamos as nossas demonstrações contábeis 2008/2007. Informamos que as mesmas não foram auditadas.									
DIRETORIA									
DIRETOR SUPERINTENDENTE Georges Hajjar					DIRETORA EXECUTIVA Edwige Alves de Lima Cardoso				
CONTADOR: Carlos Alberto do Nascimento									
CRC-RJ 081457/D-3									

IMPRESSO

SEGURADORA LIDER DOS  
CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.  
CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04  
NIRE nº 33.0328478-6

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 18 DE MARÇO DE 2009 - Data: Hora e Local: Aos 18 (dezoito) dias do mês de março de 2009, às 14:00 horas, na sede social da Companhia, localizada à Rua Senador Dantas nº 74, 13º Andar, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Convocação: O edital de convocação foi publicado no "Diário Oficial da União" nos dias 09, 10 e 11 de março de 2009, nas páginas 118, 126 e 131, respectivamente, e no "Jornal Valor Econômico", nos dias 09, 10 e 11 de março de 2009, nas páginas B9, C1 e C5, respectivamente. Publicações: Prévias: O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas dos pareceres

dos auditores independentes; do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 foram publicados nas páginas B6 e B7 das edições de 20, 21, 22, 23 e 24 de fevereiro de 2009 do "Jornal Valor Econômico"; e nas páginas 45, 46 e 47 da edição de 20 de fevereiro do "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro", na forma da Lei nº 6.404/76 e demais normativas da Superintendência de Seguros Privados; Presença: Presenças os acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social da Companhia, conforme listados no "Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia". Presente ainda o Sr. Eduardo Sálgio de Souza Gonçalves Nunes, representante do Conselho Fiscal da Companhia; e o representante da empresa de auditoria externa PricewaterhouseCoopers, para os fins e efeitos do § 1º do art. 134 da Lei nº 6.404/76. Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária: 1) Exame, discussão e aprovação do Relatório da Administração e das

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes; do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria; 2) Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2008; 3) Deliberação sobre a distribuição de Dividendos; no valor de R\$ 403.928,15 calculados com base no lucro líquido ajustado, apurado na data base de 31 de dezembro de 2008; 4) Eleição dos membros do Conselho de Administração e deliberação sobre a remuneração global da Administração para o ano de 2009; e 5) Ratificação das designações de diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados. - SUSER, conforme deliberação da Cartão Circular SUSER/DECON/GAB/09/06. Em Assembleia Geral Extraordinária: 1) Alterar o art. 3º do Estatuto Social para incluir os §§ 1º, 14 e 15º enclaves da Rua Senador Dantas nº 74; para, juntamente com o 5º e 6º enclaves já indicados, constarem como o endereço da sede da

[illegible]

(II) Ernesto Luis de Azevedo Júnior, brasileiro, casado, contador, titular do documento de identidade nº 513.157-6, expedido pela SPSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 040.934.839-19, residente e domiciliado na Cidade do Curitiba, Estado do Paraná, como titular; e Paulo de Oliveira Almeida, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, titular do documento de identidade nº 5.915.519-4, expedido pelo SPSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 040.934.839-19, residente e domiciliado na Cidade do Curitiba, Estado do Paraná, como suplente; (III) Ricardo José Iglesias Teixeira, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade nº 1.102.754-7, expedido pela SPSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 491.398.339-33, residente e domiciliado na Cidade do Curitiba, Estado do Paraná, como titular; e Alberto Mouta de Sousa, brasileiro, solteiro, economista, titular do documento de identidade nº 18.108, expedido pelo SPSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 040.934.839-19, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como suplente; (iv) Marivaldo Medeiros, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 7439522, expedido pela SPSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 003.068.839-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, como titular; e Luiz Eduardo Fidalgo, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 84.806, expedido pelo CAGR/L, inscrito no CPF/MF sob o nº 785.470.147-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como suplente; e (vii) Eduardo Sérgio de Souza Gonçalves Nunes, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 026.846.33-5, expedido pelo IPR/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 550.155.577-47, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular; e Eli Nunes de Alcântara Bezerra, brasileiro, divorciado, administrador de empresas; titular do documento de identidade nº 3158379-6, expedido pelo IPR/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 022.118.881-55, residente e domiciliado na Cidade do São Paulo, Estado do São Paulo, como suplente; A publicação da Declaração de Prestação de Serviços pelos Conselheiros que não integrem a Administração da Companhia foi publicada nas edições do "Jornal Valor Econômico" (edição nacional), nos dias 11 e 12 de março de 2009, nas páginas C5 e C8, respectivamente. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos terão prazo de mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício de 2010, permanecendo em seus cargos até a realização da referida Assembleia.

O Conselho de Administração deliberou, por unanimidade, de que a validade das suas eleições depende da aprovação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Os conselheiros ora eleitos declaram ter conhecimento de que a validade das suas eleições depende da aprovação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Os conselheiros ora eleitos declaram não estarem incorrendo em nenhum crime que os impeça de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inhabilitados para tanto, nos termos de lei. Os conselheiros ora eleitos declaram não estarem incorrendo em nenhuma das sanções previstas nas Resoluções nº 55/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. Os conselheiros deliberaram ainda, por unanimidade, a remuneração global dos administradores para o ano de 2009, desde 14 fúscas no montante de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

O Conselho de Administração decidiu, por unanimidade, que os Administradores designados deverão receber dos acionistas, por força do artigo 145, caput, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, 1 (uma) ação ordinária cada; e a Ratificar as designações de diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Ricardo de Sá/Acosta/Jussé Alvim/diretor designado-responsável-administrativo-financeiro-e-diretor administrativo-responsável-pelo-combate-à-fraude-e-(c) João Miranda/Borges/Noronha/diretor-designado-responsável-pelo-controle/cumprimento da Lei nº 9.513/98; diretor designado responsável-pelo-comprimento interno da Companhia e diretor designado responsável técnico. Por fim, foram eleitos, por unanimidade, na forma do §3º do artigo 145, parágrafo único, da Lei 6.404/76, os seguintes membros para compor o Conselho Fiscal da Companhia: (I) Raphael de Almeida Barreto, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 097.520.37-3, expedido pelo IPR/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 026.211.147-61, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular; e Maurício Tadeu Di Giorgio, brasileiro, separado, administrador de empresas, titular do documento de identidade nº 3.797.447-4, expedido pelo SPSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 695.024.307-72, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu suplente; (II) Luiz Antônio Marques, brasileiro, casado, administrador, titular do documento de identidade nº 141.018, expedido pelo SPSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 010.816.198-57, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular; e Alberto Braga-Barcellos Filho, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 045.342.072-2, expedido pelo SPSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 069.892.828-10, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como suplente; e (iii) Hysrovaldo Roberto Chamberlain da Costa, brasileiro, casado, contador, titular do documento de identidade nº 0753200-39, expedido pelo CRC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 788.039.427-20, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado do São Paulo, como titular; e Liliane Jeanne Baidassi, brasileira, divorciada, titular do documento de identidade nº 069.892.828-10, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado do São Paulo, como suplente. Os acionistas deliberaram por fim, por unanimidade, que a remuneração individual dos conselheiros titulares do Conselho Fiscal para o ano de 2009; será de 10% da remuneração que, em média, for atribuída aos diretores da Companhia, nos termos do §3º do art. 162 da Lei nº 6.404/76. Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos terão prazo de mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício de 2010, permanecendo em seus cargos até a realização da referida Assembleia.

O Conselho de Administração decidiu, por unanimidade, que os Administradores designados deverão receber dos acionistas, por força do artigo 145, caput, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, 1 (uma) ação ordinária cada; e a Ratificar as designações de diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Ricardo de Sá/Acosta/Jussé Alvim/diretor designado-responsável-administrativo-financeiro-e-diretor administrativo-responsável-pelo-combate-à-fraude-e-(c) João Miranda/Borges/Noronha/diretor-designado-responsável-pelo-controle/cumprimento da Lei nº 9.513/98; diretor designado responsável-pelo-comprimento interno da Companhia e diretor designado responsável técnico. Por fim, foram eleitos, por unanimidade, na forma do §3º do artigo 145, parágrafo único, da Lei 6.404/76, os seguintes membros para compor o Conselho Fiscal da Companhia: (I) Raphael de Almeida Barreto, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 097.520.37-3, expedido pelo IPR/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 026.211.147-61, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular; e Maurício Tadeu Di Giorgio, brasileiro, separado, administrador de empresas, titular do documento de identidade nº 3.797.447-4, expedido pelo SPSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 695.024.307-72, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu suplente; (II) Luiz Antônio Marques, brasileiro, casado, administrador, titular do documento de identidade nº 141.018, expedido pelo SPSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 010.816.198-57, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular; e Alberto Braga-Barcellos Filho, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 045.342.072-2, expedido pelo SPSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 069.892.828-10, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como suplente; e (iii) Hysrovaldo Roberto Chamberlain da Costa, brasileiro, casado, contador, titular do documento de identidade nº 0753200-39, expedido pelo CRC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 788.039.427-20, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado do São Paulo, como titular; e Liliane Jeanne Baidassi, brasileira, divorciada, titular do documento de identidade nº 069.892.828-10, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado do São Paulo, como suplente. Os acionistas deliberaram por fim, por unanimidade, que a remuneração individual dos conselheiros titulares do Conselho Fiscal para o ano de 2009; será de 10% da remuneração que, em média, for atribuída aos diretores da Companhia, nos termos do §3º do art. 162 da Lei nº 6.404/76. Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos terão prazo de mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício de 2010, permanecendo em seus cargos até a realização da referida Assembleia.

O Conselho de Administração decidiu, por unanimidade, que os Administradores designados deverão receber dos acionistas, por força do artigo 145, caput, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, 1 (uma) ação ordinária cada; e a Ratificar as designações de diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Ricardo de Sá/Acosta/Jussé Alvim/diretor designado-responsável-administrativo-financeiro-e-diretor administrativo-responsável-pelo-combate-à-fraude-e-(c) João Miranda/Borges/Noronha/diretor-designado-responsável-pelo-controle/cumprimento da Lei nº 9.513/98; diretor designado responsável-pelo-comprimento interno da Companhia e diretor designado responsável técnico. Por fim, foram eleitos, por unanimidade, na forma do §3º do artigo 145, parágrafo único, da Lei 6.404/76, os seguintes membros para compor o Conselho Fiscal da Companhia: (I) Raphael de Almeida Barreto, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 097.520.37-3, expedido pelo IPR/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 026.211.147-61, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular; e Maurício Tadeu Di Giorgio, brasileiro, separado, administrador de empresas, titular do documento de identidade nº 3.797.447-4, expedido pelo SPSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 695.024.307-72, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu suplente; (II) Luiz Antônio Marques, brasileiro, casado, administrador, titular do documento de identidade nº 141.018, expedido pelo SPSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 010.816.198-57, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular; e Alberto Braga-Barcellos Filho, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 045.342.072-2, expedido pelo SPSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 069.892.828-10, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como suplente; e (iii) Hysrovaldo Roberto Chamberlain da Costa, brasileiro, casado, contador, titular do documento de identidade nº 0753200-39, expedido pelo CRC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 788.039.427-20, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado do São Paulo, como titular; e Liliane Jeanne Baidassi, brasileira, divorciada, titular do documento de identidade nº 069.892.828-10, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado do São Paulo, como suplente. Os acionistas deliberaram por fim, por unanimidade, que a remuneração individual dos conselheiros titulares do Conselho Fiscal para o ano de 2009; será de 10% da remuneração que, em média, for atribuída aos diretores da Companhia, nos termos do §3º do art. 162 da Lei nº 6.404/76. Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos terão prazo de mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício de 2010, permanecendo em seus cargos até a realização da referida Assembleia.

O Conselho de Administração decidiu, por unanimidade, que os Administradores designados deverão receber dos acionistas, por força do artigo 145, caput, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, 1 (uma) ação ordinária cada; e a Ratificar as designações de diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Ricardo de Sá/Acosta/Jussé Alvim/diretor designado-responsável-administrativo-financeiro-e-diretor administrativo-responsável-pelo-combate-à-fraude-e-(c) João Miranda/Borges/Noronha/diretor-designado-responsável-pelo-controle/cumprimento da Lei nº 9.513/98; diretor designado responsável-pelo-comprimento interno da Companhia e diretor designado responsável técnico. Por fim, foram eleitos, por unanimidade, na forma do §3º do artigo 145, parágrafo único, da Lei 6.404/76, os seguintes membros para compor o Conselho Fiscal da Companhia: (I) Raphael de Almeida Barreto, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 097.520.37-3, expedido pelo IPR/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 026.211.147-61, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular; e Maurício Tadeu Di Giorgio, brasileiro, separado, administrador de empresas, titular do documento de identidade nº 3.797.447-4, expedido pelo SPSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 695.024.307-72, residente

Artigo 74 - A sede social da Companhia, bem como a instalação do 2º andar, que já foi aprovada, anteriormente, pela Diretoria da Companhia em 15 de abril de 2008. Em razão da deliberação em tela, o art. 37 do Estatuto Social passa a vigor com a seguinte redação: "Artigo 3º - A Companhia tem sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ nº 07.074.743/0001-75, com 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, a qualquer decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.;" 2) Aprovar, por maioria de votos, a alteração do parágrafo único do art. 18 do Estatuto Social da Companhia, de modo a permitir a reeleição dos membros do Comitê de Auditoria pelo período máximo permitido pela legislação vigente, atualmente de 5 (cinco) anos. "Em razão da deliberação em tela, o parágrafo único do art. 18 do Estatuto Social passa a vigor com a seguinte redação: "Artigo 18 - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um) ano, sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e, no entanto, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração". A assembleia Geral Seguradora S.A. votou no sentido de não operar a referida alteração estatutária; 3) Aprovar, por unanimidade, os princípios gerais da Plataforma de Remuneração dos Executivos, sob o comando da Comissão de Remuneração e Política Salarial, que fica aprovada na sede da Companhia a 4) Aprovar, por unanimidade, a alteração do art. 19 do Estatuto Social da Companhia para incluir a designação específica - "previdência de laudos", o art. 19 do Estatuto Social da Companhia passa a vigor com a seguinte redação: "Artigo 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, e devem cumprir todas as atribuições e as de prestação de contas, bem como as competências, atribuições e por 3 (três) Diretores, sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.612/98, outro que será o responsável técnico e de relacionamento com o SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, e um diretor responsável pela prevenção de fraudes, tudo conforme o que dispõe a regulamentação da Companhia, com as devidas exceções, e a Diretoria Executiva, por sua vez, poderá delegar, por unanimidade, a qualquer localidade do País, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País. Artigo 4º - A Companhia terá prazo indeterminado de duração. Capítulo II - Capital Social e Ações - Artigo 5º - O capital social é de R\$155.000.000,00 (quinze milhões de reais), dividido em 155 milhões de ações ordinárias sem direito a voto nominal. Artigo 6º - As ações serão denominadas nominalmente, sem valor nominal. Parágrafo Primeiro - Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Artigo 6º - Respostas às disposições legislativas vigentes, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou cessar ou a aquisição parciais em sua Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração decidir. Artigo 7º - A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei. Artigo 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, dentro do 3º (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que for intimada pelo Conselho de Administração. Parágrafo Único - A Assembleia Geral será convocada na forma da independência das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos. Parágrafo Terceiro - O presidente da Assembleia Geral poderá reduzir e limitar o que foi deliberado, produzindo a competência da Assembleia Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acionista. Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral poderá representar, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto; e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número. Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. De ata transcrita em cópias ou cópias autenticadas por os ou fins legais. Parágrafo Sexto - Somente será aprovada de 2/3 (dois terços) do capital social ordinário. Capítulo IV - Administração da Companhia - Artigo 7º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva. Parágrafo Primeiro - Os conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração da Diretoria Executiva, conforme o caso. Parágrafo Segundo - Os propositores das respectivas sucessões dos Diretores serão os investidores dos respectivos sucessores. Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso. Parágrafo Quarto - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar

## DIÁRIO OFICIAL

PUBLICACOES

**ENVIO DE MATÉRIAS:** As matérias para publicação deverão ser enviadas pelo sistema edofs ou entregues em mídia eletrônica nas Agências Rio ou Niterói.

PARTE I - PODER EXECUTIVO: Os textos e reclamações sobre publicações de matérias deverão ser encaminhadas à Assessoria para Preparo e Publicação dos Atos Oficiais - à Rua Pinheiro Machado s/nº - (Fátima Guimarães - Casa Civil), Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 22.231-901 - Tels.: (0xx21) 2334-3242; e 2334-3244.

AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL - RJ: Atendimento das 09:00 às 17:00 horas  
RIO - Rua São José, 35, sl. 222/24 NITERÓI - Rua Visc. de Sepetiba, 519  
- Edifício Gargem Menezes Cortes, Teres. Centro, Niterói.  
Tele: (0xx21) 2332-6548; 2332-6550 e Fax: 2332-6548 Tele: (0xx21) 2717-6611 e 2717-4141 R 124

PREÇO PARA	cm/co	R\$ 132,00
PUBLICAÇÃO	cm/co, para Municípios	R\$ 92,40

**RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS:** Deverão ser dirigidas, por escrito, ao Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

Unidade de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro

## - Parte V - Publicações a Pedido

ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL

ASSINATURAS NORMAIS	R\$ 284,00
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 199,00 (*)
ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 199,00 (*)
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 199,00 (*)

(\*)SOMENTE PARA OS MUNICIPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITEROI.

BS: As assinaturas com decréto somente serão concedidas para o funcionalismo público federal; Estadual; Municipal; mediante a apresentação do último contracheque.

Imprensa Oficial do Estado do RJ: não dispõe de pessoas autorizadas para vender selancos. Esses selancos poderão ser vendidos em casas, agências e nas seguintes credenciadas do Estado (IAU). Cópia de exemplares: arquivos, arquivos poderão ser adquiridos à Rua Marquês de Olinda nº 100, 2º andar, 20130-000, Rio de Janeiro, RJ. As assinaturas de D.O.

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Rua Marques de Olinda 28.

[www.imprensaoficial.rj.gov.br](http://www.imprensaoficial.rj.gov.br)

\_\_\_\_\_

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: 0800-2844675 das 9h às 18h

[illegible]

## 1414 4447

[illegible]

(21) 27174141



## Parte V

### Publicações a Pedido

[www.imprensaoficial.rj.gov.br](http://www.imprensaoficial.rj.gov.br)

## DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Esta Parte é editada eletronicamente desde 23 de Janeiro de 2006**

ATAS, CERTIDÕES E  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Associações, Sociedades e Firmas

FOZ DE RIO DAS OSTRAS PARTICIPAÇÕES S.A.  
NIRE 33.0028547-4  
CNPJ/MF nº 09.506.000001-45  
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL-EXTRAORDINÁRIA - Dia, hora e local: Em 30 do novembro de 2009, às 10:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Rua Dr. Benito Costa Júnior, nº 258, sala 112, parte, Centro, Rio das Ostras, RJ, CEP 28890-000. Presenças: Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. Convocação: Dependência e publicação de Edital de Convocação, na forma do artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/76. Asses: Ana Beatriz Rocha Mascarenhas, Simone Elza Martins e Tioclânio Vaz Mascarenhas. Deliberações: Os debates foram tomados por unanimidade de votos: 1) aprovada a lavratura da presente ata na forma sumária, conforme faculta o artigo 130, § 1º, da Lei 6.404/76; 2) aprovado o aumento do capital social em R\$ 785.000,00 (setecentos e oitenta e cinco mil reais), mediante a emissão de 398.885 (trezentos e noventa e oito mil, oitocentos e sessenta e cinco) novas ações ordinárias, subscritas e integralizadas pela Companhia, de acordo com o Anexo 1, mediante capitalização de lucros que integra a presente ata, como Anexo 1, mediante capitalização de créditos dejetos pela F02 contra a Companhia no mesmo valor, conforme laudo de avaliação integrante desta ata como Anexo 2; 3) como consequência da deliberação aprovada no item 1 acima, o capital social da Companhia passará dos atuais R\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais), dividido em 23.500.000 (vinte e três milhões e quinhentos mil) ações ordinárias, sem valor nominal, e 22.750.081 (vinte e dois milhões, setecentos e oitenta e uma mil e oitenta e uma) ações preferenciais, para R\$ 28.785.000,00 (vinte e oito milhões, setecentos e oitenta e cinco mil e oitenta e cinco reais); 398.885 (trezentos e noventa e oito mil, oitocentos e sessenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 22.750.081 (vinte e dois milhões, setecentos e oitenta e uma mil e oitenta e uma) ações preferenciais. Desta forma, os acionistas resolvem aprovar a alteração do art. 4º do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar com a seguinte redação: "Art. 4º - O capital social da Companhia é de R\$ 28.785.000,00 (vinte e oito milhões, setecentos e oitenta e cinco mil e oitenta e cinco reais), dividido em 23.598.885 (vinte e três milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil e oitenta e cinco) ações ordinárias e oitenta e cinco mil e oitenta e cinco ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e setecentos e oitenta e uma mil e oitenta e uma ações preferenciais, sem valor nominal, todas totalmente subscritas e integralizadas, § único - Fica vedada a emissão pela Companhia de partes beneficiárias," 4) ratificada a nomeação da empresa Guimarães e Silveira Consultoria e Serviços Contábeis Ltda., inscrita no Conselho Regional de Contabilidade nº 01 - CRC-BA 040903/0-5 "S" RJ, CNPJ (MF) sob nº 07.533.214/0001-12, sediada na Avenida Tancreto Neves, nº 939, Edif. Espetacular Tower, sala 907, Caminho das Árvores, Salvador, BA, inscrita no Conselho Regional de Contabilidade nº 01 - CRC-BA 040903/0-5, e a Lei 6.404/76, proceder à avaliação dos créditos dejetos pela F02, junto à Companhia, alterados como bem para a integralização das ações referidas no item 2 acima; 5) tendo sido previamente consultado pela Diretoria da Companhia, os peritos da Guimarães e Silveira antecederam-se aos estudos e preparação do laudo de avaliação dos créditos dejetos pela F02, confirmando seu valor, conforme Laudo de Avaliação que restou integralmente aprovado nesta Assembleia e que passa a integrar a presente ata como Anexo 2. Cumprida a ordem do dia, não havendo mais assuntos relativos nesta ata, após numerados seguidamente e autenticados pelos membros da Mesa. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada e reunida, lavrando-se a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 30 de novembro de 2009. Mesas: Ana Beatriz Rocha Mascarenhas, Presidente; Simone Elza Martins Pereira, Secretária. Acionistas: Ana Beatriz Rocha Mascarenhas e Tioclânio Vaz Sampaio Mananetti pela acionista Foz do Brasil S/A; Adriane Chaves Jucá Roberto e Paulo Menyan Yuse Cesena pelas acionistas Consoviara Norberto Góesbrach S/A e CPO Engenharia Ltda. - Juntada em 02/12/2009. Livro de Presença de Acionistas, folhas 00-0009/247893-1 - 15/12/2009, Cartório do deferimento em 08/01/2010, e o registro sob o número e data abaixo. 0000198504. Data: 08/01/2010. Valéria G.M. Serra, Secretária Geral.

SEGUROADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
CNPJ/MF nº 09.248.808/0001-04  
NIRE nº 33.3.0028479-6

**IMPRESSO**

## S U M Á R I O

Atas, Certidões e Demonstrações

Associações, Sociedades e Firmas

**Aviões, Editais e Termos**

Associações, Sociedades e Firmas....

**Órgãos de Representação Profissional**

do Rio de Janeiro, como Diretor-Prezidente da Companhia, e de Márcio Barbosa Norton, casado, empresário, titular do documento de identidade nº 336.566, expedido pelo SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor-sem designação específica; Marcelo Davoli Lopes, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 0186423207-X, expedido pelo SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 132.870.308-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor-sem designação específica; e Marcelo Davoli Lopes, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 05786244-5, expedido pelo IPR/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.597-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos cense-se mediante assinatura do respectivo termo de posse, a ser lavrado pela Diretoria Executiva da Companhia, assinado pelo titular do documento de identidade e pelo Diretor-Prezidente da Companhia, e de livre e espontânea vontade, permanecendo no cargo até a investidura de novos administradores. Os Diretores ora eleitos declaram que não estão envolvidos em nenhum crime que os impeçam de desempenhar atividades mercantis e/ou não estarão incapacitados para tanto, nos termos da Lei. Os Diretores eleitos declaram por fim, que preenchem os requisitos estabelecidos nos artigos 156º e 158º do Estatuto da Companhia, Resolução nº 85/2001 e 136/2005, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração dos diretores pertencerá a mesma, observado o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária de Companhia realizada em 18 de março de 2009; (II) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, e por força do deliberado no item (I), ratificar as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (i) Responsável pelo gerenciamento da administração financeira e administrativa: financeiro e diretor designado responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade: (i) - Dr. José Márcio Barbosa Norton; (ii) Responsável pelo atendimento técnico ao diretor designado responsável pelo relacionamento com a SUSEP: (i) - Dr. Marcelo Lopes; (ii) Diretor designado responsável pelo acompanhamento da Lei nº 9.649/98 e do diretor designado responsável pelos controles internos: (i) Cláudio Mendes; (ii) Diretor designado responsável pelo atendimento aos clientes: (i) Cláudio Mendes; (ii) Os demais conflitos de interesse foram ratificados na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor; e (III) Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram, ademais, inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre os membros do Conselho de Administração e os membros da Diretoria Executiva da Companhia, e os membros da Diretoria Executiva ora eleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP - Encargamento; Inicialmente, a presente Assembleia foi convocada em 18 de março de 2009, no entanto, a reunião é lavrada e apresentada em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2009. Luis Tavares - Presidente. Filho - Presidente; Gustavo Franco Pacheco - Secretário. Certifico que a presente cartilão é reprodução fiel da ata lavrada em nome próprio da Companhia, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 00010612161-5, inscrita no CNPJ nº 07.0102010-0. Cartilão de Deliberação em 08/01/2010 e o Registro sob nº 00010398575. Valéria G. M. Sero - Secretária Geral.

foram em até três meses contados de apresentação. Foi feita, então, a leitura do Boletim de Subscrição e do projeto do Estatuto Social, os quais fazem parte integrante desta ata, independentemente de transcrição. Após as discussões, foi o projeto do Estatuto Social aprovado pela totalidade dos subscritores. Verificado o cumprimento de todas as formalidades legais, declarou o Sr. Presidente constituída a Cia., denominada Wilson, Sons Offshore S/A, que reger-se-á pelo Estatuto Social anexo à esta legislação em vigor. Procedeu-se, então, a eleição dos Diretores e da Assembleia Geral, sendo eleitos os seguintes: Arnanildo Calbeduz Filho, já qualificado, para o cargo de Diretor-Presidente; Felipe Guterres Ramella, já qualificado, como Diretor Administrativo-Financeiro, ambos para 1º mandato de 2 anos; A remuneração mensal da Diretoria é fixada no montante de R\$ 500,00 para cada Diretor. Os Diretores foram imediatamente investidos nos seus cargos mediante assinatura desse instrumento. Declaram os Diretores, sob as penas da lei, não terem sido condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o exercício de função pública, nem de empresário, e a prevenção, pelo ou suborno, conculcação, predação, ou contra economia popular; contra o sistema financeiro nacional; contra as normas de defesa da concorrência; contra as relações de consumo; ou contra a fé pública; ou a prática das infrações penais - estarem totalmente livres e de si mesmos para o exercício das funções de comércio e para o exercício das atividades mercantis inerentes ao cargo para o qual foram nomeados. Nada mais havendo a tratar, foi a sessão suspensa pelo tempo necessário para a realização das demais diligências administrativas, após isso se deu a seguinte: li por todos os subscritores assinada. Rio de Janeiro, 28/08/06. Mesa: Arnaldo Calbeduz Filho, Presidente; Felipe Guterres Ramella, Secretário. Acionistas: Wilson, Sons de Administração e Comércio Ltda. (Felipe Guterres Ramella e Arnaldo Calbeduz Filho), Arnaldo Calbeduz Filho, Diretores eleitos. Analistas: Paulo Roberto de Faria, Diretor de Assessoria Jurídica. Oitiva: Maria Lúcia Carvalho, OAB/RJ 109.828. ESTATUTO SOCIAL. I. Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Art.1º. A Cia., denominada Wilson, Sons Offshore S/A, e reger-se-á pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. Art.2º. O Objeto Social é a prestação de serviços de apoio marítimo e de rebocagem marítima realizados com rebocadores, catamarãs e outros navios pertencentes à Companhia, bem como a prestação de serviços de salvatagem, podendo participar no capital de outras empresas com acionista ou quotista. Art.3º. O prazo do duração da Cia. é indeterminado. Art.4º. A Cia. tem sede no Rio Rio de Janeiro/RJ, na Av. Rio Branco, 25, 4º andar, parte II. De Capital e das Ações. Art.5º. O capital social é de R\$ 20.000,00, dividido em 20.000 ações ON, sem valor nominal. Art.6º. Cada ação dá direito a 1 voto nas Assembleias Gerais. Art.7º. A Cia., por deliberação de Assembleia Geral, poderá emitir qualquer tipo de ação, desde que observadas as disposições legais. Art.8º. Os Acionistas da Cia. têm assegurado o direito de, a seu exclusivo critério: subscrever; sob os mesmos termos e condições, ações em qualquer aumento de capital; subvotar a Cia.; por até à sua inteira participação no Capital Social da mesma; Art.9º. Se qualquer acionista deixar de exercer o direito de transferência gravoso de qualquer forma, a venda das Ações (as "Ações Ofertadas") por ele mesmo possui na condição de vendedor, a preferência de compra sobre quaisquer ofertas das demais acionistas (os "Acionistas Ofertados"), por escrito, "de" sua intenção de planejar as "As Ações Ofertadas", indicando o preço, assim como os termos e condições para a respectiva operação referente às Ações Ofertadas, 51%. Os Acionistas Ofertados terão 30 dias para notificar o Acionista Ofertando, por escrito, sobre a intenção de adquirir as Ações Ofertadas, proporcionalmente às suas participações na Cia. Caso, durante o período estipulado, não haja nenhuma oferta, o Acionista Ofertando terá o direito de efetuar a aquisição, caso contrário, ou (ii) exercer o direito de preferência em relação a um nº de Ações Ofertadas, os demais acionistas terão 1 período adicional de 10 dias para informar ao Acionista Ofertante sua intenção de adquirir as Ações Ofertadas não adquiridas por (tal(is)) Acionista(s) Ofertado(s). 52º. Caso parte das Ações Ofertadas ou nenhuma Ação Ofertada seja adquirida pelos Acionistas Ofertados, o Acionista Ofertando terá o direito de vender as Ações Ofertadas, dentro do prazo de 90 dias após a expiração dos prazos previstos no § anterior. 53º. Se a venda das Ações Ofertadas ou parte das mesmas a terceiro não for completada no prazo de 90 dias mencionado no § acima, o Acionista Ofertante decidirá vender as Ações Ofertadas sob termos e condições menos favoráveis a ele, Acionista Ofertante, do que os estabelecidos na notificação mencionada no caput deste artigo, o que ocorrer, o Acionista Ofertando deverá observar o procedimento estabelecido neste Artigo III Dos Acordos de Acionistas. Art.10. Os acordos de acionistas devidamente arquivados na sede da Cia., que disciplinem a compra e venda de ações, o direito de preferência na sua compra ou o exercício do direito de voto, serão sempre observados pela Cia. Art.11. As obrigações e responsabilidades resultantes dos acordos de acionistas serão oponíveis a terceiros desde que devidamente registrados no livro de Atas da Cia. Art.12. Qualquer alteração da Cia. requer observância desses acordos e o Presidente da Assembleia Geral deverá declarar a nulidade do voto proferido pelo acionista em contrariedade com os termos de tais acordos. IV. Das Assembleias Gerais. Art.12. A Assembleia Geral reuni-se-á ordinariamente nos 4 primeiros meses após o término do exercício social e extraordinariamente sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas. Art.13. As Assembleias Gerais serão presididas pelo Diretor Presidente da Cia., ou, em falta dele, pelo seu substituído. Quando ausente, o Presidente da Assembleia Geral será eleito dentre os presentes por um acionista escolhido pela maioria das presentes. §Único. O Presidente da Assembleia convidará 1 acionista, entre os presentes, para servir de Secretário e assim compor a Mesa que dirigirá os trabalhos. Art.14. Para tomar parte e votar nas Assembleias Gerais da Cia., o acionista poderá, nos termos legais, ser representado por 1 procurador que também seja acionista, com mandato outorgado há menos de 1 ano e que não esteja no desempenho de cargo público federal, estadual ou municipal. Art.15. Quando convocada a Assembleia Geral para deliberar sobre assuntos relativos ao estatuto social, a Cia. deverá obedecer ao preceituado no Art.124 e §§ da Lei 6.404/76. V. Da Administração. Art.16. A Cia. é administrada por 1 Diretoria composta de, pelo menos, 2 membros, acionistas ou não, residentes no país, sendo 1 Diretor Presidente, 1 Diretor Administrativo-Financeiro e os demais Diretores sem designação específica, eleitos pela Assembleia Geral por mandato de 2 anos, podendo ser reeleitos e cujo permanecimento no exercício de suas funções depende da aprovação da Assembleia Geral. Art.17. A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. Art.18. O exercício de 1 cargo de Diretoria não impedirá que qualquer Diretor exerça outras funções; remuneradas ou não na Cia. Art.19. Em suas ausências ou impedimentos temporários, os Diretores serão substituídos por quem for designado pela Assembleia Geral. Se a indicação recair sobre outro Diretor, o substituído acumulará as funções e, nas hipóteses de ausência prolongada, o substituído poderá assumir as funções de Diretor, porém, não poderá exercer as atribuições próprias do cargo. Art.20. No caso de falecimento, incapacidade, dispensa ou renúncia de algum Diretor, será este substituído por quem for designado pela Assembleia Geral e deverá completar o mandato do Diretor substituído. Se a indicação recair em outro Diretor, o substituído acumulará as funções e, nas hipóteses de ausência prolongada, o substituído poderá assumir as funções de Diretor, porém, não poderá exercer as atribuições próprias do cargo. Art.21. A Diretoria poderá conceder empréstimos e garantir equivalentes de qualquer espécie, autorizada a adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, outorgar

## WILSON, SONS OFFSHORE S/A

**"Em Organização"**

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUÇÃO DA S/A DENOMINADA "WILSON, SONS OFFSHORE S/A"** Aos 28/08/2006, às 10hs, na Av. Rio-Branco, 6º andar; parte: Rôdo de Juremair-Jr, os abaixo assinados e/ou adiante nomeados e qualificados, reuniram-se em Assembleia Geral, conforme os termos do arts. 80 e 93 da Lei 6.404/74 para com o objetivo específico de deliberar sobre a constituição de uma S/A, a ser denominada Wilson, Sons Offshore S/A.; 1) Nomeação dos Administradores e Comércio Social da S/A: Wilson, Sons Offshore S/A, inscrita no CNPJ nº 13.120.619/0001-05, localizada no endereço Rua Remella, brasileiro; casado, economista, RG 09.227.255-6 IPRR/PF nº CPF 028.677.237-01; e Arnaldo Calucci Filho, qualificado a seguir: brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ nº 12.980, RG 88.572-0 CREA/RSP. CPF 035.819.038-06; residentes domiciliado no Rio de Janeiro/RJ, à Av. Semabellense, 3.600; bl. 1º apto.: 1404, Barra de Tijuca. Assim reunidos, assumiu a Presidência da Assembleia o Sr. Arnaldo Calucci Filho, que convenceu a todos os presentes a aprovar a seguinte Resolução: A Assembleia resolve: 1) Eleger como Presidente da Mesa, o Sr. Presidente eleito por Isolada e Assembleia e esclarecer que, como era do conhecimento dos presentes, a Ordem do Dia consistia do seguinte: i) constituição em definitivo de uma S/A, a ser denominada Wilson, Sons Offshore S/A.; ii) discussão e aprovação do projeto do Estatuto Social; iii) eleição dos Diretores; e iv) fixação da remuneração dos Diretores. Em seguida, após oferecer as palavras de ordem, quisera fazer uso; sem que nenhum dos presentes se manifestasse; pelo subsequente voto da Assembleia, foi aprovada a seguinte Resolução: A Assembleia resolve: 1) Substituir de abces, na proporção das respectivas participações no capital da Cia, em constituição de Capital Social, Flocos ajustado que o capital social da Cia, será de R\$-20.000,00 dividido em 20.000 ações ON, sem valor nominal. Concluiu a substituição da totalidade das abces representativas do capital social. 2) Ficaram elas assim distribuídas: Acionistas - Açúes Ordinárias: a) Wilson, Sons de Administração e Comércio Ltda. (R\$900,-); b) Arnaldo Calucci Filho, 200,- c) Total: 20.000,- d) 100% do Capital Social declarado o Sr. Presidente, não houve mais motivo para que ele fosse considerado o representante legalizado; e) integralizado a 100% do capital social da Cia, conforme exigência do inciso II do Art.30 da Lei 6.404/78. Os demais 90% do capital social da Cia, serão integralizados posteriormente.

Data: 18/10/2012

Movimentação: Petição

Por: VALDENOR ALVES GOMES

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA  
4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA-RR**

**PROCESSO Nº 0715234-18.2012.823.0010**

**CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO**, já devidamente qualificado (a) nos autos do processo em epígrafe, por advogado que esta subscreve, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, **REQUERER**

**ALVARÁ JUDICIAL**

fundamentado no artigo 2º da Lei nº 6.858/80 e demais dispositivos jurídicos aplicáveis a espécie, em razão dos fatos e fundamentos que passa a expor:

A parte promovente obteve sucesso na demanda que propunha em desfavor da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**. Promovida, conforme se pode verificar nos autos, inclusive, já estando o valor referente ao acordo judicial disponibilizado em seu nome no Banco do Brasil com agência nesta capital, de acordo com o comprovante de depósito juntado aos autos do processo em comento.

Pelo exposto, requer:

Que se digne Vossa Excelência em determinar a expedição do competente ALVARÁ JUDICIAL, para que o requerente possa levantar o valor depositado em seu nome, relativo ao **SEGURO DPVAT**, junto a agência do **Banco do Brasil**, conforme consta nos autos do processo supra citado(**EP.17**).

Outrossim, requer seja expedido o ALVARÁ JUDICIAL referente ao honorário advocatício em nome do patrono do promovente, como medida de inteira justiça.

Nestes termos,

Espera deferimento.

Boa Vista-RR, 16 de outubro 2012.

**VALDENOR ALVES GOMES**  
**OAB/RR - 618**



Data: 11/12/2012

Movimentação: Documento expedido

Por: LUIZ EUGENIO BRAMBILA



Data: 13/12/2012

Movimentação: Documento

Por: LUIZ EUGENIO BRAMBILA

Relação de arquivos da movimentação:

- Alvará



ESTADO DE RORAIMA  
PODER JUDICIÁRIO  
JUÍZO DE DIREITO DA 4.<sup>a</sup> VARA CÍVEL  
AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS

## ALVARÁ DE LIBERAÇÃO

77956

O Dr. Elvo Pigari Junior, MM. Juiz de Direito titular da 4<sup>a</sup> Vara Cível da Comarca de Boa Vista-RR, no uso de suas atribuições legais, etc.

**POR ESTE ALVARÁ**, devidamente assinado e atendendo ao que lhe foi solicitado nos autos de nº 0715234-18.2012.8.23.0010, Ação de Cobrança, que tem como autor (a) **CLÁUDIO PEREIRA RIBEIRO (CPF 927.638.122-87)** e requerido **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, (CNPJ 09.248.608/0001-04)** concede a necessária liberação do seguinte valor: a importância de **R\$ 11.475,00 (Onze Mil, Quatrocentos e Setenta e Cinco Reais)**, depositado junto ao Banco do Brasil S/A, conforme comprovante de depósito anexo, ao autor **CLÁUDIO PEREIRA RIBEIRO**, conforme solicitação do advogado e obedecidas as formalidades legais.

**CUMPRA-SE.**

**DADO E PASSADO** nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 11 (Onze) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze. Eu, Luiz Eugenio Brambila (Técnico Judiciário) que o digitei e o Escrivão Judicial Alexandre Martins Ferreira subscreveu.

**Elvo Pigari Junior**

Juiz de Direito

RECEBI EM:  
13/12/2012

Documento Digitalizado  
13/12/2012



**ESTADO DE RORAIMA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 4.ª VARA CÍVEL**  
**AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS**

LEB/tecjud

Data: 12/03/2013

Movimentação: Documento

Por: LUIZ EUGENIO BRAMBILA

Relação de arquivos da movimentação:

- Alvará



ESTADO DE RORAIMA  
PODER JUDICIÁRIO  
JUÍZO DE DIREITO DA 4.ª VARA CÍVEL  
AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS

## ALVARÁ DE LIBERAÇÃO

20273

O Dr. Elvo Pigari Junior, MM. Juiz de Direito titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista-RR, no uso de suas atribuições legais, etc.

**POR ESTE ALVARÁ**, devidamente assinado e atendendo ao que lhe foi solicitado nos autos de nº 0715234-18.2012.823.0010, Ação de Cobrança, que tem como autor (a) **CLÁUDIO PEREIRA RIBEIRO (CPF 927.638.122-87)** e requerido **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, (CNPJ 09.248.608/0001-04)** concede a necessária liberação do seguinte valor: a importância de **R\$ 1.721,25 (Um Mil, Setecentos e Vinte e Um Reais e Vinte e Cinco Centavos)**, depositado junto ao Banco do Brasil S/A, conforme comprovante de depósito anexo, ao Advogado **VALDENOR ALVES GOMES, OAB/RR: 618-N** e obedecidas as formalidades legais.

**CUMPRASE.**

**DADO E PASSADO** nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 11 (Onze) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze. Eu, Luiz Eugenio Brambila (Técnico Judiciário) que o digitei e o Escrivão Judicial Alexandre Martins Ferreira subscreveu.

**Elvo Pigari Junior**

Juiz de Direito

RECEBI EM:  
03/01/2013  
  
044/K2618

Documento Digitalizado  
12/03/2013

LEB/tecjud



ESTADO DE RORAIMA  
PODER JUDICIÁRIO  
JUÍZO DE DIREITO DA 4.ª VARA CÍVEL  
AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS

## ALVARÁ DE LIBERAÇÃO

81721

O Dr. Elvo Pigari Junior, MM. Juiz de Direito titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista-RR, no uso de suas atribuições legais, etc.

**POR ESTE ALVARÁ**, devidamente assinado e atendendo ao que lhe foi solicitado nos autos de nº 0715234-18.2012.8.23.0010, Ação de Cobrança, que tem como autor (a) **CLÁUDIO PEREIRA RIBEIRO (CPF 927.638.122-87)** e requerido **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, (CNPJ 09.248.608/0001-04)** concede a necessária liberação do seguinte valor: a importância de **R\$ 150,00 (Cento e Cinquenta Reais)**, depositado junto ao Banco do Brasil S/A, conforme comprovante de depósito anexo, ao Perito Dr. **ROGÉRIO LEONARDO DE P. DIAS**, CTM/RR 1205 e obedecidas as formalidades legais.

**CUMPRASE.**

**DADO E PASSADO** nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 11 (Onze) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze. Eu, Luiz Eugenio Brambila (Técnico Judiciário) que o digitei e o Escrivão Judicial Alexandre Martins Ferreira subscreveu.

**Elvo Pigari Junior**

Juiz de Direito

Documento Digitalizado  
12/03/2013

LEB/tecjud



Data: 12/03/2013

Movimentação: Remessa

Por: LUIZ EUGENIO BRAMBILA

11/04/2013: Recebimento.

Data: 11/04/2013

Movimentação: Recebimento

Complemento: Contadoria (Cálculo realizado)

Por: GEIZA BRUNNA SOUZA DE SOUZA

Relação de arquivos da movimentação:

- Cálculos

Contadoria  
Folha nº

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA  
COMARCA DE BOA VISTA  
CONTADORIA DO FÓRUM**

**PLANILHA DE CÁLCULOS**

<b>4º VARA CÍVEL</b>	<b>PROCESSO N º : 0715234-18.2012.823.0010</b>
<b>AÇÃO: COBRANÇA DE SEGURO DPVAT</b>	
<b>VALOR DA CAUSA : R\$ 13.500,00</b>	

<b>C U S T A S :</b>	<b>FINAIS</b>	<b>TOTAIS</b>	<b>COMPLEMENTARES</b>
----------------------	---------------	---------------	-----------------------

ESCRIVANIA:	209,15
TAXA JUDICIÁRIA:	40
OUTRAS DESPESAS RECOLHIDAS:	
PAGAMENTO EFETUADO - INICIAL:	

<b>TOTAL GERAL ( p/ recolhimento )</b>	<b>249,15</b>
--	---------------

**HONORÁRIOS ADV .:**

**R\$ -**

Obs.: Os cálculos acima já estão de acordo com a nova lei de custas ( Lei Estadual nº 752 de 23/12/2009 ), Resolução Presidencial TJ nº 004/2007 e Portaria 819/2001 .

Boa Vista - RR, 11 de abril de 2013.

*(assinado digitalmente)*

**Erasmó José S. Da Silva**

Técnico judiciário

Matrícula: 301098

10/06/2013: HABILITAÇÃO ADMITIDA.

Data: 10/06/2013

Movimentação: HABILITAÇÃO ADMITIDA

Complemento: Réu SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Por: LUIZ EUGENIO BRAMBILA

Data: 10/06/2013

Movimentação: Documento expedido

Por: LUIZ EUGENIO BRAMBILA

10/06/2013: Documento expedido.

Data: 10/06/2013

Movimentação: Documento expedido

Complemento: (P/ Advgs. de SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT)

Por: LUIZ EUGENIO BRAMBILA



20/06/2013: Documento lido.

Data: 20/06/2013

Movimentação: Documento lido

Complemento: (Por ALVARO LUIZ DA COSTA FERNADES) em 20/06/13 \*Referente ao evento

Intimação expedido(a)(10/06/13)

Por: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

Data: 23/06/2013

Movimentação: Petição

Por: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA  
4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA - RR.**

Autos nº **0715234-18.2012.823.0010**  
Requerente: **CLÁUDIO PEREIRA RIBEIRO**  
Requerida: **DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**

**DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT,**

**já qualificada nos autos em epígrafe, comparece, respeitosamente, perante Vossa Excelência, para informar o pagamento das custas finais, requerendo a juntada do comprovante de depósito no valor de R\$ 249,15 (duzentos e quarenta e nove reais e quinze centavos), correspondente ao montante devido.**

**Nestes termos, pede deferimento.  
Rio Branco, 23 de junho de 2013.**

  
**Florindo Silvestre Poersch**  
**OAB/AC nº 800**

**Alvaro Luiz da Costa Fernandes**  
**OAB/AC nº 3592**



						86680000002-2 49150574106-7 02013062100-4 10130011067-9						
<b>GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA</b>												
Órgão: <b>FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA</b>			CNPJ: <b>05.741.060/0001-89</b>		Agência: <b>3797-4</b>		Conta: <b>51669-4</b>		Valor do Documento: <b>R\$ 249,15</b>		Vencimento: <b>21/06/2013</b>	
Comarca: <b>BOA VISTA</b>			Nº G.A.J.: <b>010.13.0011067</b>		Valor da Causa: <b>R\$ 13.500.00</b>		Processo: <b>0715234-18.2012.8.23.0010</b>					
Contribuinte: <b>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT</b>									CPF/CNPJ: <b>09.248.608/0001-04</b>			
												
Autenticação Mecânica												

						86680000002-2 49150574106-7 02013062100-4 10130011067-9						
<b>GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA</b>												
Órgão: <b>FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA</b>			CNPJ: <b>05.741.060/0001-89</b>		Agência: <b>3797-4</b>		Conta: <b>51669-4</b>		Valor do Documento: <b>R\$ 249,15</b>		Vencimento: <b>21/06/2013</b>	
Comarca: <b>BOA VISTA</b>			Nº G.A.J.: <b>010.13.0011067</b>		Valor da Causa: <b>R\$ 13.500.00</b>		Processo: <b>0715234-18.2012.8.23.0010</b>					
Contribuinte: <b>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT</b>									CPF/CNPJ: <b>09.248.608/0001-04</b>			
Descrição das receitas <b>01. CUSTAS FINAIS</b>										Valor R\$ <b>R\$ 249,15</b>		
OBS.: <b>PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCO DO BRASIL OU PAP – CORRESPONDENTE BANCO DO BRASIL</b>										<b>R\$ 249,15</b>		
												
Autenticação Mecânica												



## Outros convênios

11/06/2013 16:03:06

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL  
11/06/2013 - AUTO-ATENDIMENTO - 16.03.04  
5790805790

### COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: POERSCH E ADVOGADOS ASSOC  
AGENCIA: 5790-8 CONTA: 270.757-8  
EFETUADO POR: C FRIEDRICH NT  
=====

Convenio	FUNDEJUR	-	REC CUSTAS JUD
Codigo de Barras	86680000002-2	49150574106-7	
	02013062100-4	10130011067-9	
Data do pagamento		11/06/2013	
Valor Total		249,15	

=====

DOCUMENTO: 061182  
AUTENTICACAO SISBB:  
A.0F0.BA8.F40.92E.53E

Transação efetuada com sucesso por: J6957950 CHARLES FRIEDRICH NETO.

23/06/2013: Trânsito em julgado.

Data: 23/06/2013

Movimentação: Trânsito em julgado

Por: LUIZ EUGENIO BRAMBILA

Data: 23/06/2013

Movimentação: Arquivamento

Complemento: (EXTINÇÃO ART. 794 CPC)

Por: LUIZ EUGENIO BRAMBILA



01/07/2013: Decurso de Prazo.

Data: 01/07/2013

Movimentação: Decurso de Prazo

Complemento: (Sem resposta) \*Referente ao evento Documento expedido(10/06/13)

Por: SISTEMA CNJ